

2. Freguesia da Encarnação – S. Domingues da Fanga da Fé

«(...) Neste brevíssimo desfile de seis gerações, nenhum título de nobreza ou carta de brasão de armas, nenhum feito histórico ou socialmente relevado, apenas e só, a simples ruralidade de gente ligada à terra e dela depende. Gente que sofreu a sua vida simples entre temores de terra, invasões estrangeiras, guerras civis, desgovernos sucessivos, de todo o mal, infelizmente, um pouco. Gente que nasceu sem luz eléctrica, que amassava o pão e o cozía, semanalmente, com a lenha arrancada dos matos, que de enxada, cavou a vinha do seu sustento, que construiu as suas moradias e a ermida da Santa Catarina e, depois por milagre, Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, enfim, gente que, com muito pouco, fez quase tudo!»

João Pedro Gil

Até à Reforma jurídico-administrativa de 24 de Outubro de 1855, a Freguesia de S. Domingues da Fanga da Fé, vulgo Encarnação, agregava-se administrativamente ao Concelho de Torres Vedras. A partir dessa data passava a integrar definitivamente o concelho de Mafra.

O Conde de Mello Breyner, nas suas memórias (1869 – 1880),¹ referia-se a esta Freguesia como «a do termo de Mafra». Situada na área geográfica mais setentrional do Município, a Norte e a Nascente confrontava-se com o Concelho de Torres Vedras, a Sul com as Freguesias do Sobral de Abelheira e a de Santo Isidoro, a Poente fazia fronteira com o Oceano Atlântico.

A partir dos *Mapas Estatísticos para a Inspeção do Ensino da População da Freguesia* e do *Censo da População do Reino* relativo ao ano de 1900, desenvolvemos um gráfico relativo ao período de 1856 a 1900.

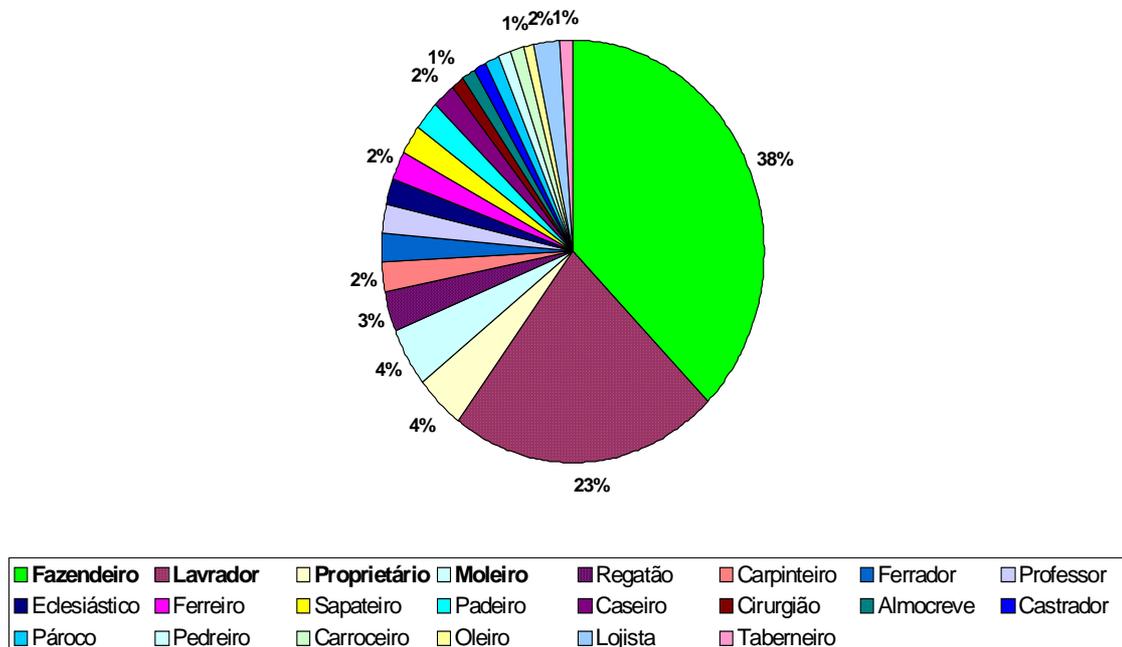
Gráfico n.º 43 – A População da Freguesia da Encarnação de 1856 a 1900



Fontes: A.H.M.M. – *Mapa Estatístico da Instrução Primária e Secundária no Concelho de Mafra em Relação à sua População nos anos de 1860 / 1870 / 1879/ Censo da População do Reino de Portugal – no 1º de Dezembro de 1900* (Quarto Recenseamento da População Geral), Vol. III, Lisboa, Typografia «A Editora», 1906, p. 176

Os dados elucidam-nos que esta Freguesia apresentou um crescimento populacional entre a década de 50 e 60 do século XIX, sofrendo poucas alterações na década subsequente. Nas duas décadas seguintes, apresentava novo crescimento populacional.²

Gráfico n.º 44 – Quadro sócio-profissional: anos de 1856 a 1885



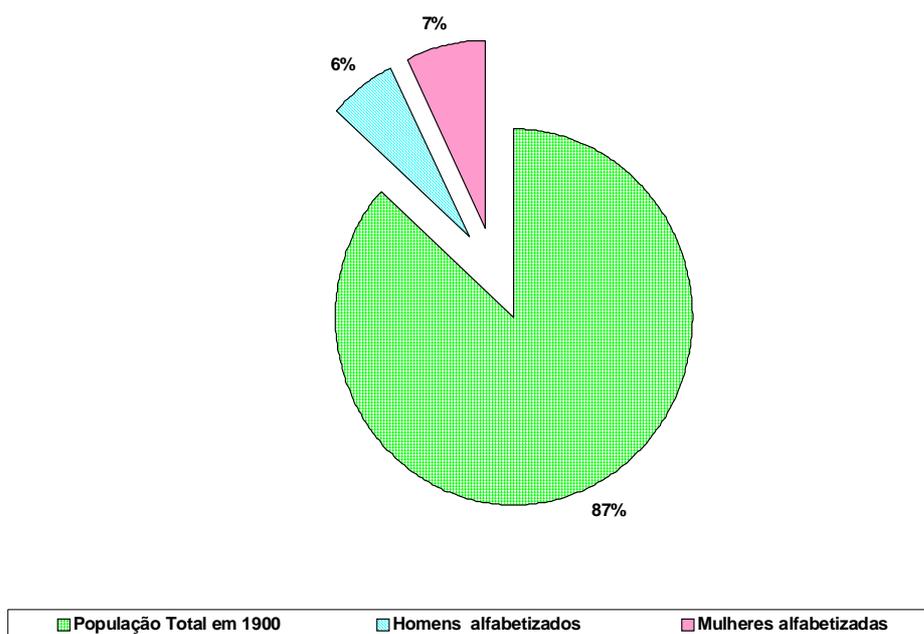
Fontes: A.H.M.M – *Lv. de Eleitores e Elegíveis* - 1856 a 1863/ *Lv. Recenseamentos Escolares* – 1882 – 1885

Na segunda metade de mil e oitocentos, o quadro sócio-profissional assentava num colorido de profissões que compunham o tecido social das famílias de uma comunidade essencialmente rural: fazendeiros e lavradores constituíam mais de metade da população da Freguesia (61%); vários proprietários rurais, caseiros, numerosos trabalhadores que vendiam o seu trabalho na agricultura, moleiros, almoceves, carroceiros e regatões. Os professores, párocos, um cirurgião, e dois lojistas, conjuntamente com alguns grandes proprietários formavam uma classe letrada e influente na localidade. Os padeiros, pedreiros, carpinteiros, sapateiros, oleiros, ferradores e ferreiros compunham uma classe de artífices que reflectiam a evolução da vila e as necessidades inerentes ao ambiente urbano. A partir dos anos 70 do século XIX, emergem os taberneiros nos Recenseamentos Eleitorais, reflectindo a difusão da produção vinícola no Concelho e o aparecimento de lojas de venda de vinho, onde muitos se perdiam na desgraça do «alcoolismo».³ Alguns indigentes são referenciados nos Recenseamentos Escolares; na maioria, mães solteiras ou indivíduos em situação de extrema pobreza.⁴

A Instrução Elementar na Freguesia da Encarnação no ano de 1900

No Censo de **1900** na Freguesia da Fanga da Fé (Encarnação - S. Domingos), existia uma população de **1.564** habitantes. Em relação ao grau de instrução podemos referir que dos **836** indivíduos do sexo masculino e das **728** mulheres «**sabiam ler 113 homens e 128 mulheres**».

Gráfico n.º 45 – Alfabetização da população – Freguesia da Encarnação – ano de 1900



Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal – no 1º de Dezembro de 1900* (Quarto Recenseamento da População Geral), Vol. III, Lisboa, Typografia da «A Editora», 1906, p.p. 176-177

Da leitura deste gráfico, verificámos que 13 % da população total da Freguesia era alfabetizada com ligeira vantagem do sexo feminino.

Tendo em conta que, no século XIX, a Escola Primária Elementar foi o móbil principal da alfabetização dos sujeitos, coloca-se-nos uma questão: como se desenrolaram os assuntos

da Instrução Elementar Primária nesta Freguesia para que, em 1900, se aferissem estes níveis de apropriação escolar?

Rede Escolar

Anos de 1821 a 1900

Em 2 de Junho de 1821, o pároco da Freguesia, Francisco José dos Santos Pinto, era provido na Cadeira Pública de Primeiras Letras destinada ao sexo masculino.⁵

A 5 de Julho de 1822, o professor Domingos da Cruz tomava posse da Cadeira de Instrução Primária da Freguesia.

Em 5 de Outubro de 1843, o professor Miguel Rodrigues era provido temporariamente na mesma cadeira e aí exerceu o Ensino Primário Elementar até ao ano de 1880.

Até 1855, a Escola Elementar Pública da Freguesia da Fanga da Fé proporcionava o Primeiro Grau do Ensino Primário às crianças do sexo masculino, fazendo parte da rede escolar do Concelho de Torres Vedras. A partir desta data, todos os assuntos da Instrução Primária passaram a ser tratados com o Concelho de Mafra que a integrava administrativamente.

A Freguesia da Fanga da Fé no Lugar da Encarnação estabelecia uma casa para o ensino dos meninos desse lugar, corria o ano de 1877.⁶

O processo da criação da escola pública para meninas no Lugar da Encarnação iniciou-se em 1876.⁷ Em 8 de Setembro de 1880 era instituído o Ensino Primário público de meninas.⁸

Em 1900, eram várias as escolas particulares em toda a Freguesia, segundo informação do Regedor da Paróquia ao Administrador do Concelho.⁹

Processos de escolarização e a adesão das famílias ao ensino

Primeiro Período Estatístico – 1856 a 1879

Anos de 1856 a 1879

Relativo ao período de 1856 a 1879, achámos a média de alunos matriculados e/ou em frequência, partindo dos dados fornecidos nos *Mapas Estatísticos das Escolas Primárias*

*Existentes no Concelho de Mafra.*¹⁰ Para a melhor compreensão destes estudos, circunscreveram-se os períodos a cinco anos, alargando-se a margem de três anos previstos para aprendizagem das primeiras letras nas divisões de Ensino Elementar Primário (a classe «III, II e I»).

Ao particularizarmos os estudos, entre o período de 1856 a 1879, a Freguesia da¹¹ Encarnação apresentava os seguintes dados:

Quadro n.º 41 – Crianças matriculadas nas escolas de Ensino Primário na Freguesia da Encarnação – anos de 1856-1879

Anos Período	N.º médio de alunos
1856-1863 ¹²	19,6
1864-1870 ¹³	26,4
1871-1876	31,8
1877-1879	0

Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Encarnação - C.P.4 - E-28 / Mapa Geral Estatístico da Instrução Primária e Secundária no Concelho de Mafra C.P.6 - E-28 - anos de 1856 a 1879*

Verificou-se uma ruptura na frequência de meninos no triénio de 1877 a 1879. O Administrador do Concelho de Mafra informava a Inspeção que a escola tinha sido encerrada «em Maio», por aplicação «da Portaria de 1877».

A Portaria de 23 de Fevereiro de 1877 impedia a nomeação de professores provisórios ou com habilitações pela Escola Normal, nas localidades onde não existissem casas escolares equipadas com os respectivos utensílios e mobília, necessários ao andamento escolar. Apelava também para o disposto na Portaria de 7 de Julho de 1871, que determinava a responsabilidade das Câmaras Municipais, Juntas de Paróquia ou de outras corporações e associações particulares pelos edifícios escolares.¹⁴

De 1856 a 1879, período de tempo correspondente a vinte e três anos, o rácio de crianças com matrícula e frequência escolar foi de 16,9 alunos por ano. Cerca de 389 crianças do sexo masculino, entre os 7 e os 12 anos, foram matriculados na escola pública da Encarnação.

A partir dos anos 70 do século XIX, os dados estatísticos das crianças em idade escolar apontam para dois lugares bastante populosos: o Lugar da Fanga da Fé (vulgo Encarnação), o Lugar do Barril; a estes, seguia-se o Lugar das Azenhas.¹⁵

A escola pública da Encarnação servia as crianças residentes nesse lugar e localidades limítrofes num raio de 2 km entre a casa e a escola. Com numerosas localidades dispersas e distanciadas da sede da escola, as populações recorreram provavelmente ao ensino em escolas particulares e/ ou ao ensino familiar em pequenos grupos.

Quadro n.º 42 – Síntese de frequência escolar – ano lectivo de 1857 – 1858

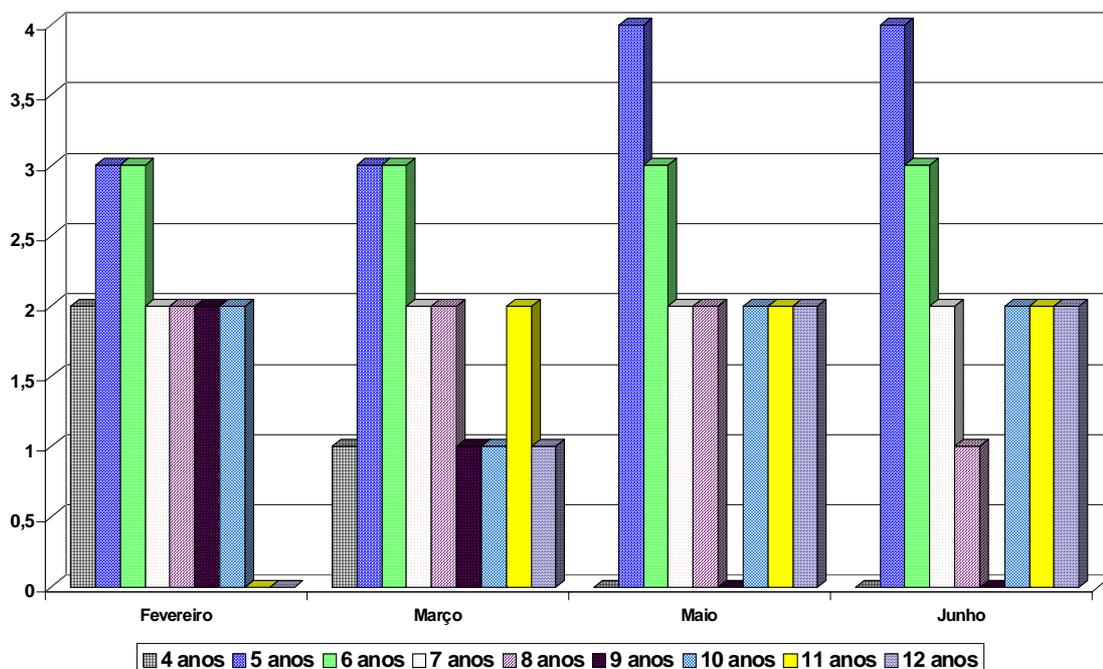
Meses	Idades dos alunos	N.º de alunos em frequência		Classe ou divisão	Idade	N.º de alunos	Informação anexa
							Data de entrada na classe
Fevereiro a Junho	4 a 11	7		III Inicial	4	2	1858
					5	3	1857 ; 1858
					8	1	1855 (desistiu em Junho 1858)
					12	1	Março, 1858
		6		II Média	6	3	1855; 1856; 1857
					7	2	1857
					9	1	1857
		4		I Terminal	8	1	1855
					10	1	1854
					11	2	1853; 1854
		Média	Total	17			
7, 2							

Fonte: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - Freguesia da Encarnação - C.P.4 - E-28 /*Mapa dos Alunos que durante o mês frequentaram a Aula de Instrução Primária* - 1856 - 57

O maior número de alunos frequentava as classes inicial e intermédia. Na fase inicial, existia alguma flutuação entre entradas e desistências; a classe terminal tinha o menor número de alunos em frequência, de acordo com uma estrutura de ensino graduado. O período de escolaridade estendia-se a 4 e 5 anos, para que atingissem a classe terminal, ou seja, para que lessem correctamente, escrevessem cursivo e as quatro operações sobre

inteiros; rudimentos de catecismo e princípios de civilidade. O aluno que alcançou a classe terminal em três anos é filho de um professor de Instrução Primária.

Gráfico n.º 46 – Idades dos alunos na classe – ano de 1858



Fonte: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Encarnação - C.P.4 - E-28 - Mapa dos Alunos que durante o mês frequentaram a Aula de Instrução Primária - 1856 -57*

Entrada na escola a partir dos 3 anos de idade

O rei D. Pedro V (1859), a propósito da Escola Real em Mafra, dizia das crianças em idade precoce que a frequentavam: «...algumas (crianças) são ainda muito pequenas para aprenderem qualquer coisa - **são entregues ao cuidado dos professores enquanto os pais estão a trabalhar.**»¹⁶

A Escola Elementar Primária desta Freguesia admitia crianças com idades compreendidas entre os **3 anos** e os **12 anos**, estabelecendo as primeiras um contacto inicial com a escolarização em idade precoce. A génese da Instrução «pré-primária» estava ligada

às necessidades laborais de certas famílias, que as motivava a deixar os filhos entregues aos cuidados do professor. Colocando-se como hipóteses explicativas:

- a) O professor assumia a figura de substituição parental, beneficiando da total confiança das famílias, capaz de bem instruir e educar os filhos na sua ausência;
- b) Às famílias de poucos recursos servia ainda de diagnóstico das capacidades de aprendizagem das crianças e, em caso de sucesso, a continuidade nos Estudos Elementares;
- c) Uma forte adesão de algumas famílias ao Ensino Elementar, sobretudo da população mais abastada e ou letrada ou, ainda, daquelas cujo o desenvolvimento profissional lhes justificasse a utilidade da instrução.

Desistências / Abandono escolar

«(...)Seja por debilidade económica, ou por outro motivo de suficiência, a verdade é que, numa multiplicidade de casos, os pais retiravam os filhos da aprendizagem da leitura e da escrita, após um período curto de frequência que lhes permitia aceder a uma capacidade de leitura rudimentar e à assinatura do nome (...) e mesmo ainda no século XIX, já em período de franca escolarização a generalidade das crianças alfabetizadas não fora além de um nível rudimentar de literacia que lhe permitia decodificar mensagens escritas e “firmar” a sua participação em determinados actos sociais.»

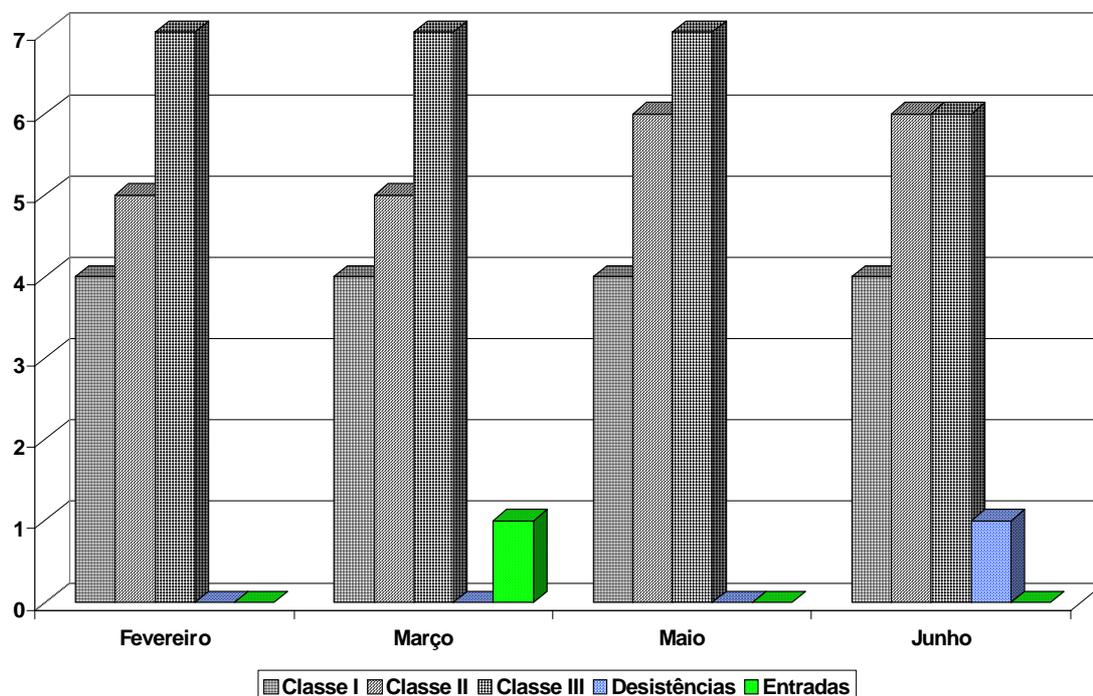
Justino Pereira de Magalhães

Em Fevereiro de 1858, o *Mapa de Frequência da Escola Pública da Encarnação* apresentava a matrícula de dois irmãos: José Alves e Joaquim Alves. Ambos iniciaram os estudos de Primeiras Letras no início do mês de Outubro do ano de 1855.

José Alves encontrava-se em 1858 na «classe 111», a que correspondia à aprendizagem inicial das Primeiras Letras e, por consequência, três anos permaneceu na classe sem progressão nos estudos. O irmão Joaquim Alves encontrava-se na «classe 11», tendo progredido nos Estudos Primários. No *Mapa de Frequência do Mês de Junho*, é registada a desistência de José Alves, ficando matriculado na escola o irmão mais novo. José Alves tinha a idade de **cinco anos** à data do ingresso na Cadeira de Primeiras Letras e, oito anos, à data do abandono; o irmão, Joaquim Alves, iniciara a frequência escolar com **três anos** encontrando-se matriculado na classe «11», com **seis anos**, prosseguindo os Estudos Primários.

Henrique Soares, de 12 anos de idade, iniciava os Estudos Elementares «na classe 111», em 15 de Março de 1858.

Gráfico n.º 47 – Frequência de alunos por classes (entradas e desistências) – ano de 1858



Fonte: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Encarnação - C.P.4 - E-28 - Mapa dos Alunos que durante o Mês frequentaram a Aula de Instrução Primária -1856 - 57*

Saídas motivadas por termo da escolaridade

Ao gizar a reconstrução do percurso escolar dos alunos, partimos dos *Mapas de Frequência Escolar do Primeiro Grau de Instrução Primária*, apresentados à Inspeção no ano lectivo de 1858 a 1859, e constatou-se que a sala de aula estava dividida em três classes a que correspondiam:¹⁷

- A classe (ou divisão) inicial à numeração referida para «111»;
- A fase de aprendizagem “intermédia” correspondia à classe «11»;
- À classe terminal pertencia a classe «1».

Em 1880, o professor Miguel Rodrigues enviou um recibo de um «exemplar dos Lusíadas de Camões» ao Administrador do Concelho, sugerindo o ensino mais avançado que ministrava na classe I.¹⁸

As crianças desta Freguesia não faziam exames, existindo a divisão I, para o efeito de conclusão do ensino da Instrução Primária a um nível elementar de três divisões. A prática de exames foi reabilitada na maioria das Freguesias da comunidade concelhia com a Reforma do Ensino de Rodrigues Sampaio em 1878, a Lei de 1880 e o Regulamento de 28 Julho de 1881.

Crianças que se encontravam na classe terminal (nível I), do Ensino Primário do Primeiro Grau - ano de 1858

António da Silva, de dez anos, residia no Lugar da Encarnação, filho de António da Silva Reis.

Domingos da Silva, de onze anos, residia na Encarnação, filho de João da Silva Henriques.

Eduardo José, com oito anos, residia no Lugar da Encarnação, filho de José Francisco de Albuquerque.

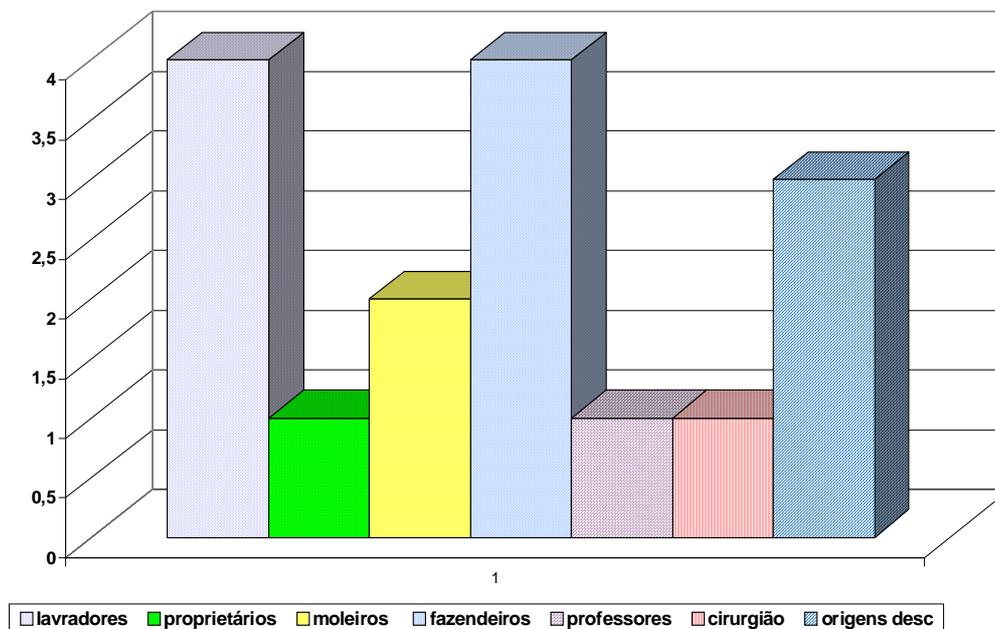
João Rodrigues, de onze anos, residia no Casal da Estrada, filho de José Manuel Rodrigues.

Ensaíamos outra forma de avaliar a apropriação escolar de alguns destes alunos, colocando as seguintes questões:

a) De que forma esta escola foi determinante na evolução da adesão das famílias ao ensino?

b) De que forma alguns alunos que a frequentaram puderam desenvolver actividades inerentes a estratos sócio-culturais dominantes que tão somente poderiam desempenhar com alguma instrução face às exigências socio-económicas e administrativas do quotidiano?

Para percebermos estas questões, socorremo-nos dos *Livros de Recenseamento de Eleitores e Elegíveis* dos anos 1857 a 1896, bem como dos *Mapas de Frequência Escolar* relativo aos anos de 1880 a 1900 e após sua análise desenvolvemos o gráfico seguinte:

Gráfico n.º 48 – Origens sociais dos alunos que frequentavam a escola em 1858

Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Encarnação - C.P.4 - E-28 / Mapa dos Alunos que Durante o Mês Frequentaram a Aula de Instrução Primária -1856 -57/ Lv. Eleitores e Elegíveis – Freguesia da Encarnação – ano de 1863*

Várias famílias, sobretudo uma elite rural (lavradores com altos rendimentos, proprietários rurais e fazendeiros com suficiência de meios), cirurgiões, ou, ainda, com profissões ligadas à cultura escrita (funcionários da administração e professores), com um grau razoável de instrução, aderiram ao ensino de forma inequívoca, permanecendo esta adesão de geração em geração.

Adesão das famílias ao ensino público na Encarnação – 1858 a 1890

Família Reis: António da (Silva),

Classe: 1858 – António da Silva;
1880 – Agostinho; Matias; Manuel;
Maria José(1885);
1890- Matias; Damião; Fernando;
José; João; João Ramos.

Família Henriques: (Silva)

Agostinho e João da
Classe: 1858 - António; Domingos;
1880 - João; Francisco.

Família de Miranda: Elisiário

(Silva Henriques)

Classe: 1880 – Eusébio;
1890 – Francisco.

Família Pereira: Elisiário (Henriques da Silva)

Classe: 1890 – Domingos; João; Benedito;
Henriques; Victorino.

Família da Silva: Agostinho

Classe: 1858 – António da Silva;
1880 – Faustino Gomes;
1890 – Ventura.

Família Rodrigues: José Manuel

Classe: 1858 - José; João
1880 – Sebastião; M.^a Emília; José;
Francisco;
1890 – Francisco; João.

Família Sardinha: José da (Silva)

Classe: 1880 – João; Emilia da Conceição;
1890 - Candido; João Ricardo;
João Fialho; Boaventura; Norberto.

Família Alves: Antero

Classe: 1858 – Joaquim; José;
1880 – Joaquim;
1890 – José ; Pedro; Domingos;
Augusto; António; José.

Família Ramos: António

Classe: 1858 – Domingos;
1880 – Francisco;
1890 – João; Bernardo.

Família Francisco: Romão

Classe: 1858 – Vicente;
1880 - Elisiário; Agostinho.

Família de Carvalho : (Marques)

José; Joaquim; Tertuliano.(Roque)
Classe: 1880 – M.^a Carmo Roque; M.^a das
Dores; Esperança; M.^a Elisa;
1890 – Joaquim; Francisco.

Família Rodrigues: José Ricardo (Roiz)

Classe: 1858 – José; João;
1880 – Manuel; José; Isabel M.^a.

Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - Mapa Matrícula e Frequência - 1858/1880/1890 / *Lv. de Recenseamento Escolar* - anos de 1882- 1897 - C.P.4 - C.P 5 – E-28 - C.G.1/ *Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho* - Freguesia da Encarnação - *Mapa dos Alunos que durante o mês frequentaram a Aula de Instrução Primária* - 1856 – 1893 / *Lv. de Actas das Sessões do Júri de Exames de Mafra* – n.º 271/ *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra* - 1882 – 1885 - n.º 90 -1 / *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra* - 1886 - 1894 – n.º 91 - 2 / *Lv. de Correspondência Expedida pela Comissão de Exames*- 1882-1891.- n.º 321/ *Lv. de Eleitores e Elegíveis* – Freguesia da Encarnação - ano de 1863 - n.º 69 – Concelho de Mafra- Freguesia da Encarnação

Distinguiram-se, ainda, dois tipos de adesão: a vontade expressa das classes dominantes, ou letradas, para que os filhos chegassem ao nível terminal do Ensino Elementar e continuassem os estudos nos graus subsequentes.

Das classes com alguma suficiência económica em que as necessidades de cultura escrita passavam por uma escolarização de nível rudimentar que bastasse à resolução dos

problemas socio-económicos coevos. Assinar o nome para firmar negócios, ler razoavelmente, saber contar e dominar conhecimentos do sistema métrico e/ ou de capacidade, para o desenvolvimento profissional, neste caso os moleiros.

Segundo período estatístico

Alunos – anos de 1880 a 1900

No ano escolar de 1883 estavam recenseadas 184 crianças em idade escolar, sendo 89 crianças do sexo masculino e 95 do sexo feminino. Encontravam-se assim abrangidas pela escolaridade obrigatória 44 crianças do sexo masculino e 53 crianças do sexo feminino, sendo 97 crianças no total. De fora desta obrigatoriedade estavam os meninos e meninas que residiam a mais de 2 km da escola, perfazendo um total de 87 crianças, sendo 45 meninos e 42 meninas.

Estavam dados à matrícula escolar 33 meninos e 33 meninas na escola pública de «criação recente».

No ano de 1891, estavam recenseadas 293 crianças, das quais 154 eram do sexo masculino e 139 do feminino.

Em 1900, existiam 294 crianças recenseadas, das quais 162 eram meninos e 132 eram meninas.¹⁹

Tentando alcançar uma visão mais esclarecedora sobre estes dados, questionámos:

Quem eram estas crianças?

Qual o meio ecológico em que se inseriam?

Qual foi o seu percurso escolar?

Partindo das informações fornecidas nos *Recenseamentos Escolares* acerca da ocupação das crianças e dos *Mapas de Matrícula e Frequência* existentes no acervo documental, alcançámos um fio condutor que nos conduziu ao seguinte raciocínio: exceptuando-se a situação de ruptura na frequência verificada para o biénio de 1877 a 1879, demos conta de variações na matrícula e frequência dos alunos das crianças que nos conduziram a três hipóteses.

A – Ausência de escolarização das crianças.

B – Desistência /abandono escolar:

1. Necessidades laborais das famílias;
2. A maior distância entre a residência e a escola;
3. Inabilidade para aprender.

C – Saídas motivadas por termo da escolaridade.

Em relação à ausência de escolarização por necessidades laborais, ou por motivo de distância da casa à escola, pudemos examinar a ocupação das crianças e a localidade de residência através das informações explícitas nos *Recenseamentos Escolares* dos anos 1880 a 1886.

Dos 20 meninos nascidos nos anos de 1870 a 1871, 16 crianças do sexo masculino estavam referidas como trabalhadoras, cuja profissão mencionada era a de «pastor». Também 4 crianças do mesmo sexo são dadas como «alunos». Estes 4 estavam geograficamente distribuídos na Freguesia da seguinte forma: 3 alunos do Lugar da Encarnação, local da escola pública, e 1 aluno do Lugar do Barril, distanciado a 5 km da escola.

De 1871 a 1872, estavam recenseados 11 meninos, dos quais 8 eram declarados pastores de profissão. Declarados como alunos, estavam 3 meninos, 1 do Lugar de Palhais, situado a 2 km da escola da escola pública, 1 do Lugar de Quintas, localidade situada a 2,5 km da escola, e outro do Lugar do Barril.

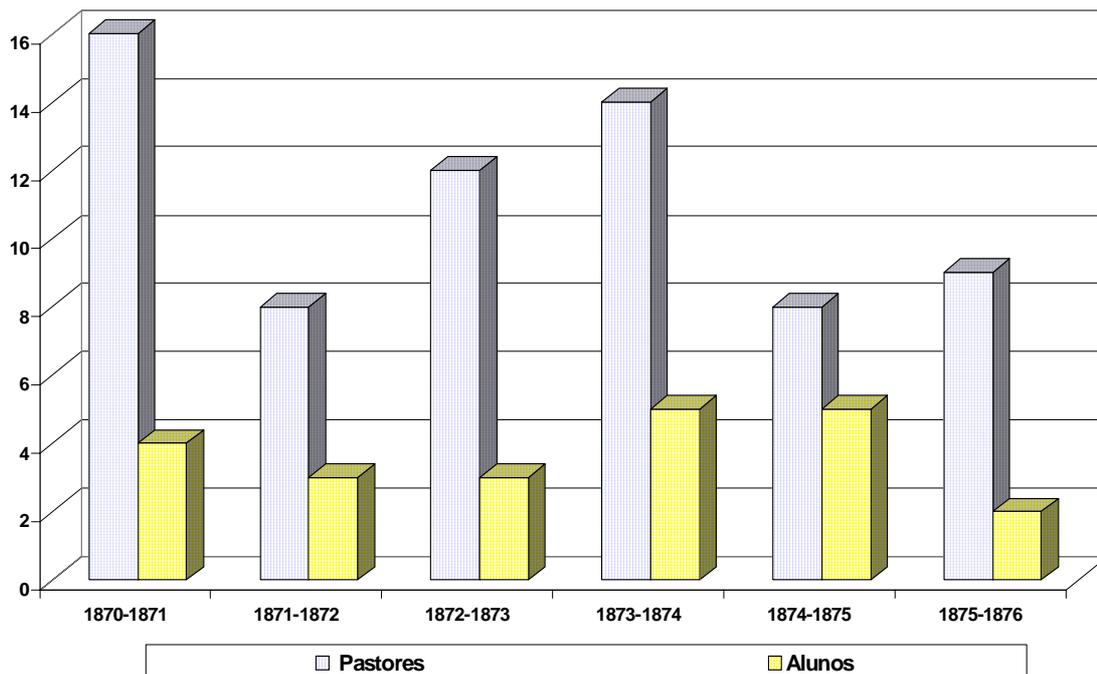
No ano de 1872/ 1873 estavam recenseados 15 meninos, dos quais 12 foram declarados «pastores» de profissão. Declarados 3 «alunos», 2 do Lugar da Encarnação e 1 do Lugar do Barril.

No ano escolar seguinte, 1873/ 1874, estavam recenseadas 19 crianças do sexo masculino, das quais 14 eram declaradas pastores de profissão. Declarados 5 «alunos», dois do Lugar da Encarnação, 1 do Lugar do Casalinho a 600 metros da escola, 1 do Casal da Parola, a 3 km de distância da escola, e o quinto aluno do Lugar do Barril.

Em 1874/ 1875, estavam recenseadas 13 crianças do sexo masculino, apresentando um total de 8 crianças com a profissão de pastor. Eram declarados 5 alunos, sendo dois da Encarnação, um do Casal da Serra - a 2 km da escola pública -, 1 do lugar do Casal Novo, a 3 km da escola, e dois do lugar do Barril.

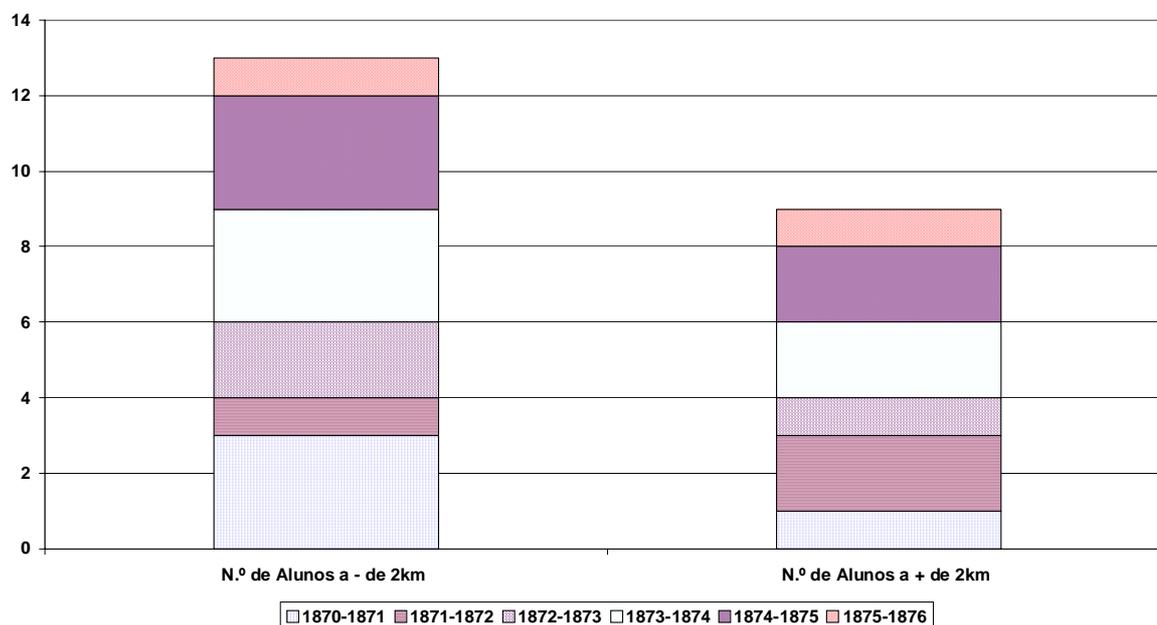
Um ano depois, 1875/ 1876, estavam recenseados 11 meninos, dos quais 9 eram declarados pastores. Estavam declarados 2 alunos, um residente na Encarnação e outro do Lugar das Azenhas, a 3 km da escola pública.

Gráfico n.º 49 – Ocupação infantil – crianças nascidas entre 1870 e 1876



Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamentos Escolares- Modelo A* -1882; 1885; 1897 - C. G.1/C. P. 8. - E-29

Gráfico n.º 50 – Localização geográfica dos meninos declarados em escolaridade (nascidas entre anos de 1870 a 1876)



Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamentos Escolares - Modelo A -1882 ; 1885; 1897 - C. G.1/C. P. 8. - E-29*

Nos dez anos de levantamento de crianças em idade escolar, **nunca encontramos registos de escola particular ou ensino em família**. Partindo do pressuposto que dez crianças não estavam abrangidas pela Lei da Obrigatoriedade de Frequência, em causa da distância entre a residência e a escola, conclui-se que eram acompanhadas nas Primeiras Letras por «um professor» no seio familiar, em escola particular, ou apoiados por lojistas alfabetizados do Barril, no Lugar das Azenhas, ou mesmo no Lugar da Encarnação. Certas famílias com maior poder económico deslocavam seus filhos para outras localidades, a fim de frequentarem a escola provida por um professor que bem consideravam ou, ainda, para casa de parentes próximos para que aí lhes fossem ministrados os Estudos Primários.²⁰

Onde leccionou o professor de Ensino Primário **José Francisco de Albuquerque**?

No ano de **1864**, demos conta, no *Livro do Recenseamento Político*, do 37.º cidadão elegível, **o professor de Ensino Primário José Francisco de Albuquerque**.²¹ Em 1858, seu filho de oito anos de idade integrava a classe um (terminal), ministrada pelo professor Miguel Rodrigues, no Lugar da Encarnação.

José Francisco de Albuquerque não consta nos Recenseamentos de 1858 a 1863 nem nos anos subsequentes a 1864; contudo, projectam-se as seguintes questões:

Este professor foi solicitado em vários lugares da Freguesia, onde algumas famílias puderam alfabetizar os seus filhos?

Ministrou ensino das Primeiras Letras em sua casa no Lugar da Encarnação, ou em escola particular no Barril ou nas Azenhas?

Questões estas que, apesar de não terem resposta imediata, deixarão sinais da procura de aprendizagem das Primeiras Letras por parte de certas famílias que, por razão da ordem de distâncias maiores à escola ou de outras, procuraram por outros meios resolver as suas carências no âmbito da Escolarização Elemental.²²

A classe do professor Miguel Rodrigues – ano escolar de 1880 a 1881

No ano de 1880, retomava-se o Ensino Elemental para meninos, após o encerramento oficial da escola pública de meninos, no triénio 1877, 1878 e 1879.²³

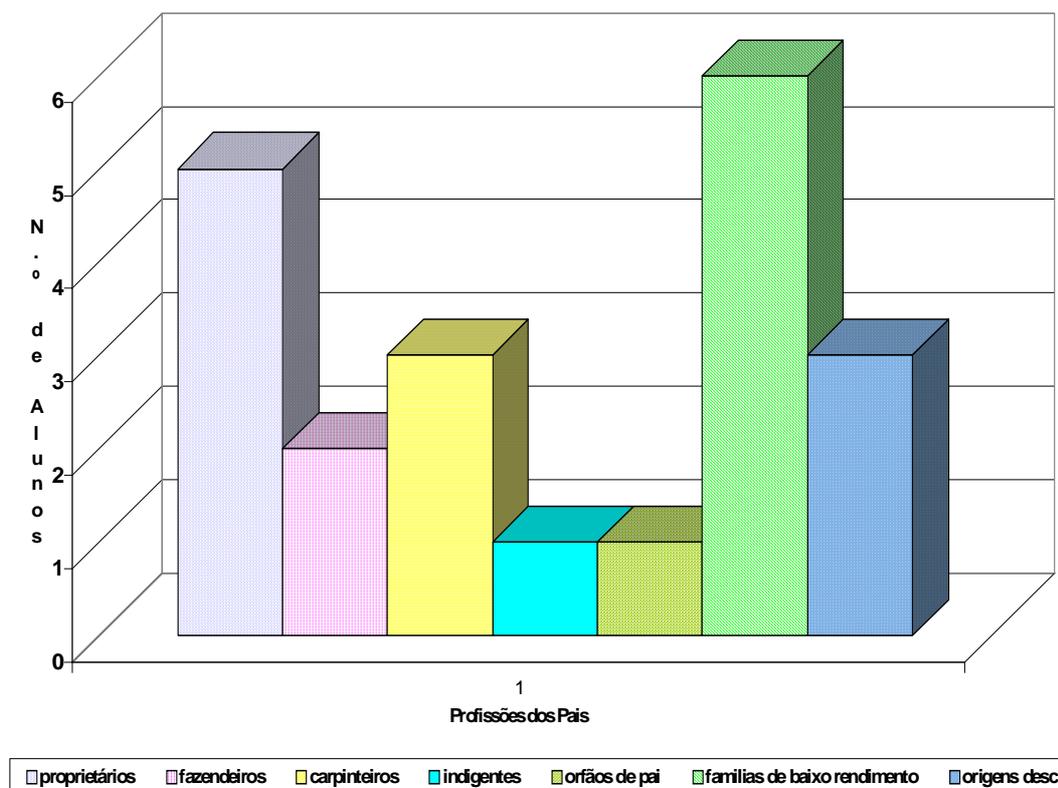
O professor Miguel Rodrigues remetia à Inspeção uma nota de matrícula de 18 alunos inscritos. Quanto aos lugares de residência destes alunos verifica-se que do Lugar da Encarnação frequentavam 16 alunos (entre os 5 anos e os 13 anos); do lugar do Casal do Casalinho frequentava 1 aluno de 6 anos; do Casal da Tojeira frequentava 1 aluno de 6 anos.

No *Mapa de Matrícula* constata-se que **todas as crianças inscritas residiam perto** da escola.

Destarte, examinámos o total de crianças recenseadas, cuja distância entre a escola e o lugar de residência fosse inferior a 2 km, e tentámos perceber as diferenças entre o número de crianças dadas à frequência no *Mapa de Matrícula* do professor e aquelas que realmente frequentavam a escola abrangidas pela «nova lei de carácter obrigatório».

Existiam 18 alunos matriculados na classe do professor Miguel Rodrigues. Há 6 crianças declaradas «alunos» nos *Recenseamentos Escolares* que não constam do *Mapa de Frequência* do professor; outras 6 crianças em frequência no *Mapa de Matrícula* da escola pública não constam dos *Recenseamentos Escolares*.²⁴

Confirmou-se uma procura generalizada da escola, quer por parte das famílias mais abastadas, quer pelas famílias de meios sociais diversos, como: pequenos proprietários, carpinteiros, órfãos e indigentes. Independentemente da condição social, as famílias cada vez mais aquiesciam ao Ensino Primário Elemental mercê da crença progressiva de sua utilidade à prática da vida (necessidade da cultura escrita), dentro de certas condições, sobretudo a boa acessibilidade à escola.

Gráfico n.º 51 – Origens sociais dos alunos – ano de 1880

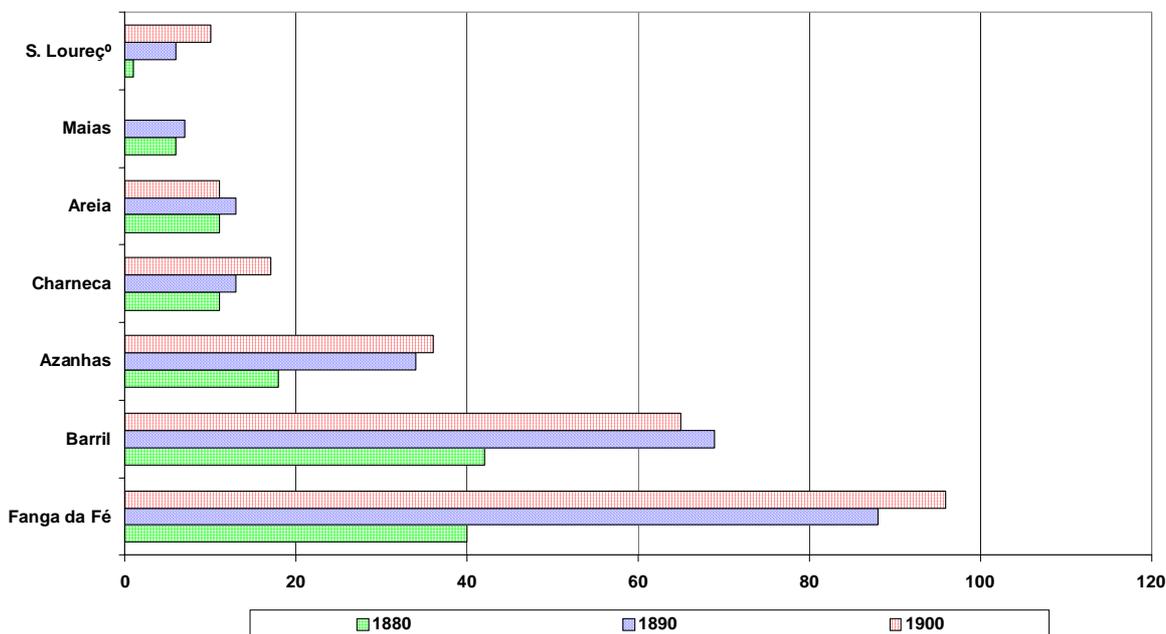
Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - Of. s/n.º Exp. em 04-11-1880 ao Administrador do Concelho - *Mapa Matrícula e Frequência* – 1880 - Freguesia da Encarnação - C.P.4 – E-28/ *Lv. de Recenseamentos Escolares - Modelo A* -1882; 1885; 1897 - C. G.1/C. P.8 – E-29

Organização da rede escolar

Quanto à organização da rede escolar, desenvolvemos quatro tabelas a partir dos dados existentes nos *Recenseamentos Escolares* das crianças, relativos aos anos de 1882, 1885, 1891 e 1900.²⁵ Subsequentemente, concebemos gráficos relativos aos lugares mais populosos da Freguesia da Encarnação, Barril e Azenhas, verificando a evolução da população em idade escolar de ambos os sexos nas três décadas: 1880, 1890 e 1900.

Circunscrevemos os levantamentos de crianças em idade de frequência, a períodos de 10 anos, entre os anos de 1880 até ao ano de 1900.²⁶ Nestes recenseamentos, incluíram-se todas as crianças dos 6 aos 12 anos de idade, resultando na prática o levantamento quantitativo de todas as crianças nascidas entre os anos de 1870 a 1893.²⁷

Gráfico n.º 52 – Recenseamentos das crianças de ambos os sexos em idade escolar anos de 1880, 1890 e 1900



Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamentos Escolares - Modelo A* -1882 ; 1885; 1897 - C. G.1/C. P. 8 – E-29

Legenda convencionada:

Lugar de **São Lourenço** (Casais) – distância em km da escola pública – 6 km.

Lugar da **Areia** – distância em km da escola pública – 6 km .

Lugar das **Azenhas** – distância em km da escola pública – 5 km.

Lugar do **Barril** – distância em km da escola pública – 5 km.

Lugar da **Charneca** (Casal) – distância em km da escola pública – 4 km .

Lugar das **Maias** (Casal) – distância em km da escola pública – 2 km .

Lugar da **Fanga da Fé** (Encarnação) - 0 km.

Até 1880, encontrámos declarada uma única escola de meninos no Lugar da Encarnação, que não dava resposta à escolarização da maioria das crianças em idade escolar da Freguesia.

Tendo em conta a escassa rede de escolas públicas para atender às necessidades de escolarização da população infantil (o maior número de crianças e sua distribuição geográfica), concluímos que a escolha do Lugar da Encarnação para implementação da escola pública foi a mais correcta e servia a maior população escolar, exceptuando-se a década de 80 desse século.

Tempo de mudança na escola pública do sexo masculino

Um novo ciclo escolar inscrevia-se nesta Freguesia no ano lectivo de 1881 a 1882.

O professor Miguel Rodrigues era substituído por Francisco Lucas da Silva, professor vitalício na escola pública do Lugar da Encarnação. Quer por motivo de seu falecimento prematuro ou por outras causas, levantou-se um interregno de informação nas fontes existentes relativas aos *Mapas de Matrícula e Frequência*, que nos impediu de estudar os processos de escolarização dos alunos no tempo balizado entre 1881 e 1890.

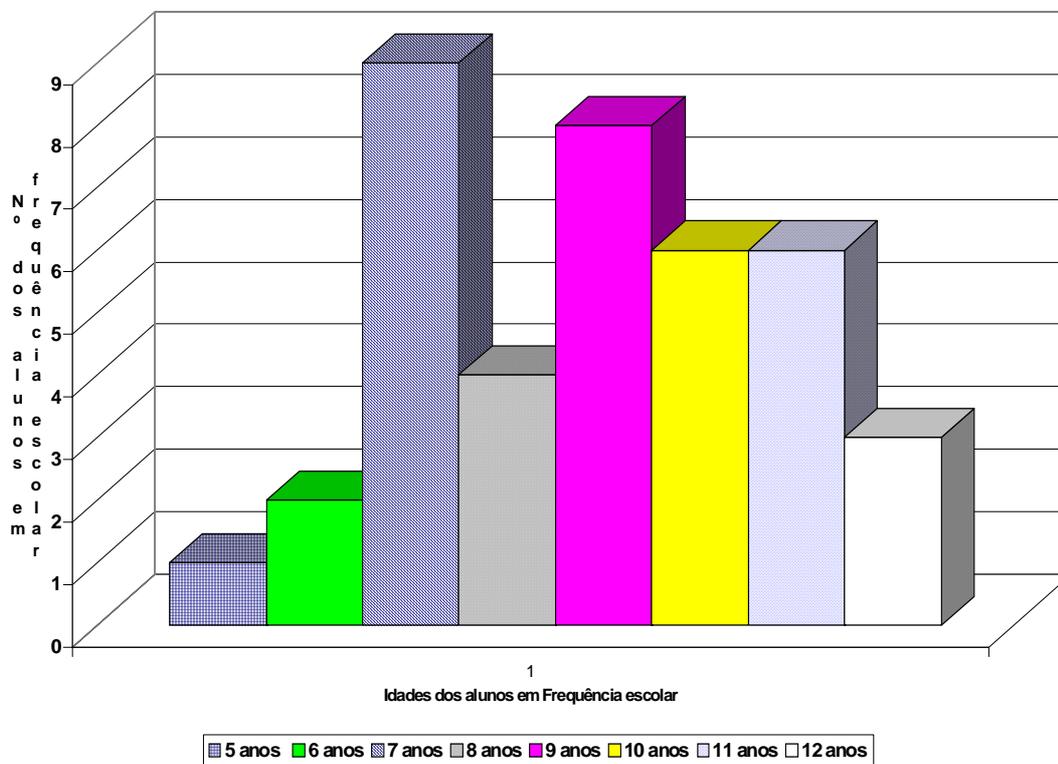
Partindo dos *Mapas de Faltas e Frequência da Classe* do ano lectivo de 1891-1892 e dos recenseamentos escolares relativos à década de 1890, reconstruímos informação que nos permitiu retomar o estudo das 154 crianças do sexo masculino em idade escolar existentes na Freguesia.

Nesse ano lectivo, a escola pública era frequentada por 40 meninos. A esses 40 discípulos subtraiu-se o número das 13 crianças que não estavam declaradas nos recenseamentos escolares. Remanesceu o número total de 27 alunos em frequência escolar, ou seja, encontrava-se em processo de escolarização 17, 6 % do total de meninos declarados nos recenseamentos em idade escolar.

A classe do professor António Gonçalves Pereira – ano escolar de 1891 e 1892

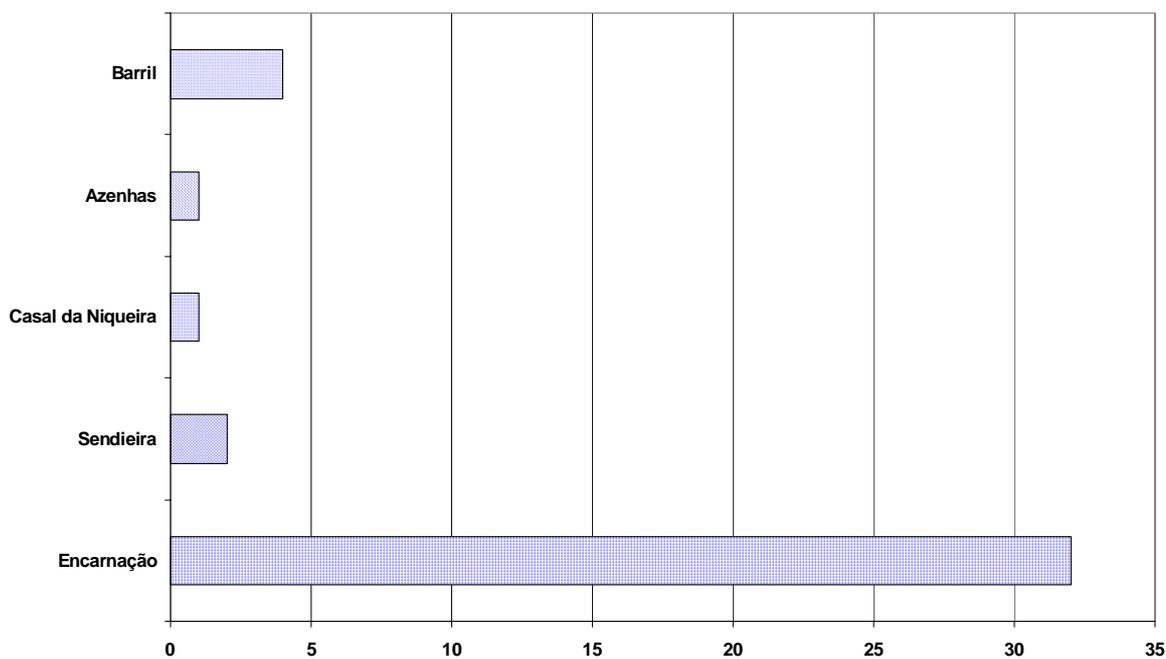
No ano escolar de 1892, o professor António Pereira remetia o *Mapa Individual da Frequência de Alunos* relativo ao mês de Julho de 1892. Na classe estavam matriculados 40 alunos, com idades compreendidas entre os 5 e os 12 anos.²⁸

Gráfico n.º 53 – Classe do ano escolar de 1891 e 1892



Fonte: A.H.M.M. – *Mapa de Frequência de Alunos* (Segundo o Dec. de 6 Maio de 1892, art.º 12º) – 01-07-1892 – Freguesia da Encarnação – ano lectivo de 1892-1893 – C.P.1 – E-28

Gráfico n.º 54 – Localização geográfica das crianças do sexo masculino matriculadas na classe – ano de 1892



Fonte: A.H.M.M. – *Mapa de Frequência de Alunos* (Segundo o Dec. de 6 Maio de 1892, art.º 12º) -01-07-1892 – Freguesia da Encarnação – ano lectivo de 1892 – 1893 – C.P.1 – E-28

Legenda convencionada (Distância em km da casa à escola):

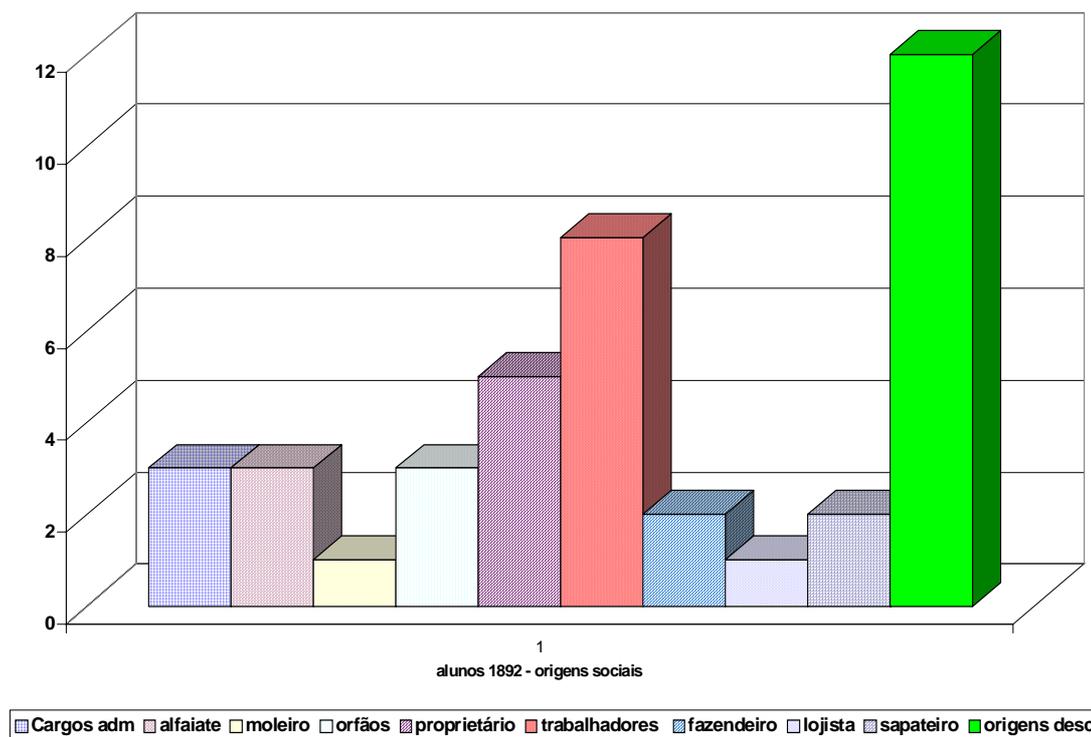
Barril - 5 km

Encarnação – 0 km

Azenhas – 5 km

Casal da Niqueira – 2 km

«Sendieira» – localidade de Freguesia circunvizinha (Freiria - Concelho de Torres Vedras)

Gráfico n.º 55 – Origens sociais dos alunos que frequentavam a classe de 1892

Fonte: A.H.M.M. – *Mapa de Frequência de Alunos* (Segundo o Dec. de 6 Maio de 1892, art.º 12º) – 01-07-1892 – Freguesia da Encarnação – ano lectivo de 1892 – 1893 – C.P.1 – E-28

Legenda convencionada:

Cargos adm. - Cargos administrativos
 Alfaiates
 Moleiros
 Órfãos
 Proprietários

Trabalhadores
 Fazendeiros
 Lojistas
 Sapateiros
 Origens sociais desconhecidas

Níveis de assiduidade na classe de 1892

Para melhor compreensão do estudo da assiduidade na classe, elaborámos um quadro partindo de um mapa de faltas individuais dos alunos do mês de Julho de 1892, remetido pelo professor ao Administrador do Concelho de Mafra.²⁹ Tentou saber-se quem eram os alunos que frequentavam esta classe e seus níveis de apropriação, tendo-se em conta as idades, os níveis de assiduidade, o local de residência e as origens sociais.³⁰ O *Mapa de Frequência* reporta-se ao mês de Julho e, após a primeira consulta, surgiu a condicionante do tempo a que se refere, da pertinência e/ ou da validade que importa para os estudos da assiduidade escolar. Contudo, em relação a asserções já desenvolvidas, as conclusões deste

estudo aclararam algumas ideias no que concerne ao desenvolvimento das aprendizagens escolares e à apropriação dos alunos ao ensino, tendo em conta factores condicionantes ou facilitadores como: a acessibilidade geográfica, o factor da distância entre a casa e a escola, o trabalho infantil, as idades dos alunos e a (in)suficiência de meios das famílias.

Quadro n.º 43 – Frequência escolar – Julho de 1892

Idades	Distância em Km		Assiduidade	Origens Sociais
	< ou = 2km	> 2km		
5 anos	1	0	40%	Alfaiate
6 anos	1	0	55%	Desconhecida
	0	1	35%	Desconhecida
7 anos	9	0	100%	Desconhecida
			100%	Trabalhador
			98%	Desconhecida
			92%	Trabalhador
			45%	Trabalhador
			100%	Proprietário
			92%	Trabalhador
			90%	Sapateiro
			100%	Proprietário
8 anos	3	0	45%	Proprietário
			52%	Órfão
			95%	Proprietário
	0	1	60%	Fazendeiro
9 anos	8	0	63%	Desconhecida
			82,5%	Desconhecida
			80%	Desconhecida
			48%	Moleiro
			45%	Órfão
			100%	Sapateiro
			65%	Trabalhador
			88%	Alfaiate
100%	Desconhecida			
10 anos	5	0	30%	Trabalhador
			32%	Desconhecida
			85%	Lojista
			85%	Fazendeiro
			88%	Cargos administrativos
	0	1	92%	Trabalhador
11 anos	4	0	30%	Trabalhador
			50%	Órfão
			42%	Moleiro
	0	2	57%	Cargos administrativos
			40%	Desconhecida
			40%	Proprietário
12 anos	2	0	45%	Alfaiate
	0	1	40%	Cargos administrativos
			90%	Desconhecida
Total de alunos	33	7		40

Fonte: A.H.M.M. – *Mapa de Frequência de Alunos* (Segundo o Dec. de 6 Maio de 1892, art.º 12º) – 01-07-1892 – Freguesia da Encarnação – ano lectivo de 1892 – 1893 – C.P.1 – E-28.

Níveis de assiduidade para os alunos de 12 e 11 anos – mês de Julho

Os alunos de 12 anos, os mais velhos da classe, apresentavam baixa assiduidade (valores inferiores a de 50%).

O aluno declarado da localidade do Barril (a 5 km de distância entre a casa e a residência) apresentava um índice mais elevado de assiduidade, colocando-se a hipótese de residir na Encarnação, em casa de parentes próximos e /ou originário de uma família com suficiência de meios que pudesse suportar a sua estadia perto da escola, sendo liberto dos trabalhos rurais ou outros, resultando na frequência escolar assídua.

Apenas um aluno de 11 anos ultrapassava a metade do total máximo de presenças nesse mês. A maioria dos alunos desta faixa etária obtinha uma assiduidade inferior à metade presencial na classe. Verificou-se ainda que algumas crianças residentes a mais de 2 km (do Barril e da Sendieira) apresentavam baixa assiduidade. A mesma situação para os alunos de origens sociais humildes, inferindo dedicarem-se aos trabalhos agrícolas. O aluno mais assíduo era filho do vogal da Junta de Paróquia.

A maior idade dos alunos, a maior distância e a ocupação laboral dos alunos ligada à insuficiência económica das famílias foram os factores causais encontrados que determinaram a diminuição de assiduidade dos alunos desta faixa etária na classe.

Níveis de assiduidade para os alunos de 10 e 9 anos – mês de Julho

A maioria das crianças com 10 anos apresentou uma assiduidade próxima do nível máximo, supondo encontrarem-se em franca escolarização, consolidando aprendizagens escolares. Quatro alunos eram originários de famílias com cargos administrativos e ricos proprietários. O aluno da localidade de residência a mais de 2 km da escola (Azenhas) era de origem humilde, sugerindo que se deslocou a casa de parentes próximos ou outros, ficando liberto do trabalho infantil. Os 2 alunos com baixa assiduidade, de 40 %, eram de origem humilde, filhos de trabalhadores pobres, para os quais o peso das responsabilidades laborais era sobreposto às necessidades de escolarização.

Num universo de 8 crianças da faixa etária dos 9 anos, apenas 2 apresentavam índices de assiduidade abaixo dos 50% e tinham em comum a insuficiência de meios de sustento (uma

órfã e outra filha de um moleiro), as restantes, na sua maioria, apresentavam bons índices de assiduidade; o que leva a concluir que também, nas idades em causa, a aprendizagem escolar desenvolvia-se com grande intensidade.

Níveis de assiduidade para os alunos entre os 5 e os 8 anos – mês de Julho

Num universo de 16 alunos, apenas 4 crianças apresentavam assiduidade abaixo dos 50%. Factores como a maior distância entre a residência e a escola e a menor idade das crianças surgiram como as causas prováveis do maior absentismo, ou irregularidade de frequência.

Para as crianças com idades compreendidas entre os 7 e 8 anos, o indicador da assiduidade aparece destacado. Nesta faixa etária, grande parte das crianças apresentava índices de assiduidade superiores a 50%, concluindo-se que, nas idades em causa, a aprendizagem escolar também se desenvolvia com grande vitalidade.

Foram as idades balizadas entre os sete e os dez anos que se destacaram na assiduidade. Quer os alunos mais velhos (11 e 12 anos), quer os mais novos (5 e 6 anos), situaram-se numa franja marginal ao período de escolarização por excelência.

Foi ainda determinado o coeficiente de correlação entre a idade dos alunos e os níveis de frequência, tendo-se chegado a um valor de $-0,274$, mostrando que a frequência dos alunos é tanto menor, quanto a maior idade apresentada.

A classe do ano de 1896

No ano de 1896, o professor Emílio Adriano de Faria informava que das 157 crianças do sexo masculino recenseados na freguesia, 22 alunos encontravam-se em frequência regular e 2 em frequência irregular. Dez alunos foram considerados em situação de abandono escolar. Confirmando-se que o quadro de alunos em escolarização na sua classe era de 15,2 % do total das crianças existentes na Freguesia.³¹

A escola pública e o ambiente pedagógico da classe

Em que condições materiais e pedagógicas se desenvolveu a instrução/ educação dos alunos desta Freguesia?

Que ambiente de materialidade foi proporcionado a estes alunos?

Com que utensílios de ensino contaram no apoio às aprendizagens escolares?

Quais foram os métodos de ensino utilizados pelos professores?

Em 1858, na escola pública da Freguesia da Encarnação leccionava-se o Primeiro Grau de Instrução Elementar. À época, a classe era ministrada por Miguel Rodrigues, professor de Ensino Primário.

Para refazer o ambiente de materialidade da escola necessário à prática do ensino, recorreremos ao questionário para a «inspecção do ensino às escolas do concelho de Mafra», de 10 de Dezembro de 1862, que nos acometeu dispensar uma atenção especial aos ritmos de organização e de gestão do espaço escolar, às suas características materiais e pedagógicas.

A Portaria de 12 de Abril de 1862, publicada no *Diário de Lisboa*, em 15 de Abril, regulou a «forma da inspecção às escolas primárias». O Administrador do Concelho procedeu à inspecção de todas as escolas públicas e de algumas escolas particulares primárias das Freguesias do Concelho, através de visitas ou da recolha de informações no local.³²

Para a Freguesia «São Domingos da Fanga da Fé (vulgo) Encarnação», o *Mapa de Inspeção às Escolas Públicas e Particulares*, apresentava a assinatura do ³³ Administrador do Concelho Mafra e dá-nos conta das seguintes informações:

Quanto à localização geográfica, tipo de construção e acessibilidade:

A escola estava situada no Lugar da Encarnação, servindo a maior população de alunos e estava preparada para receber os «rigores do tempo».

Em relação aos aspectos de capacidade e de lotação, ou área em metros, apresentava uma área em metros quadrados suficiente para a frequência dos alunos.

No que concerne às condições de higiene, era arejada e tinha luminosidade suficiente para desenvolver os trabalhos escolares.

Em relação à mobília escolar e outros utensílios para o ensino, a escola tinha a mobília e as alfaias necessárias fornecidas pelo professor.

Para os materiais de escrita e de leitura, esclarece que o papel e as tintas eram da responsabilidade dos alunos. Os manuais escolares eram variados, «todos morais», custeados pelos alunos. Em caso de pobreza das famílias, era o professor quem fornecia os livros aos alunos.

Quanto às faltas e ao número anual de alunos matriculados, existia uma relação de alunos que servia simultaneamente de matrícula. Relativamente às faltas dadas pelos discípulos, é omissa. Os alunos matriculados anualmente perfaziam o total de 19.³⁴

No que concerne à regularidade de frequência e à diferença em «termo médio» entre a matrícula anual e a frequência regular era a seguinte: a escola era frequentada habitualmente por 11 meninos. A diferença «média» aferida pelo Administrador situava-se entre «11 e 19» alunos. Os alunos eram do sexo masculino, com idades dos 7 aos 14 anos.

Em relação ao horário dos trabalhos escolares, o professor ministrava o ensino nas horas marcadas por Lei (os exercícios escolares duravam 6 horas diárias - 3 horas de manhã e 3 horas de tarde).³⁵

Os discípulos desta escola não faziam exames.³⁶

Não era habitual distribuírem-se prémios aos alunos, mas foi distribuído «um prémio (do) *Archivo Pittoresco*».³⁷

O professor desta escola tinha provimento temporário, apresentando «boa disposição physica para o exercício do magistério». Assistia «constantemente» às lições e exercia o ensino com frequência regular. O Administrador considerava irrepreensível o comportamento moral, civil e religioso do docente.

Após apresentação do inquérito, apreendemos as dinâmicas da frequência regular de 11 alunos, divididos em três classes de ensino. O cumprimento zeloso do horário pelo professor da classe, das competências dos alunos em prover os instrumentos de escrita e de leitura e as do professor, com a mobília escolar (as alfaias).

Metodologias de ensino, manuais escolares, mobília e utensílios de ensino – 1862 a 1890

Num ofício (sem número), dirigido ao Administrador do Concelho de Mafra, de 4 de Novembro de 1880,³⁸ o professor enviava a nota de matrícula de todos os alunos inscritos na sala de aula.

Esclarecia também sobre os modos de ensino que utilizava na classe: o Modo de ensino Simultâneo (recomendado para as «escolas primárias»)³⁹ e o Individual.⁴⁰

Ainda no mesmo ofício, o professor indicava os manuais escolares usados na classe: Cartas de primeiras letras, o livro de Monteverde – «método fácilimo de leitura»⁴¹ e a Bíblia da Infância.

Quanto aos materiais de ensino que deveriam fazer parte do ambiente de materialidade da escola⁴² tomámos como referência outro documento existente, contendo uma nota de relação da mobília da aula do sexo masculino, remetido pelo Presidente da Junta de Paróquia desta Freguesia, em 2 de Agosto de 1878 (supondo ter sido enviado ao Administrador do Concelho, ou à Edilidade Municipal), que referia: três bancas e quatro bancos, uma cadeira para o professor e doze tinteiros.⁴³

Dezoito anos mais tarde, em 27 de Agosto de 1896, o professor Emílio Adriano de Faria remetia ao Administrador do Concelho de Mafra, o ofício número 41, informando que a mobília escolar era constituída unicamente por dez bancos-carteiras, um quadro preto, uma banca e respectiva cadeira destinada ao professor.⁴⁴

A casa de escola dos meninos – ano de 1877

Procedeu-se à reconstrução da planta arquitectónica com base no processo de criação da casa escolar na Freguesia, com base na Acta Extraordinária e no Auto de Inspeção, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Imagem (em ficheiro anexo)

Situação administrativo-financeira da escola pública para o sexo masculino – ano de 1879

A escola pública de meninos, até à vigência da **Portaria de 1877**, era assegurada pelo professor Miguel Rodrigues, que pagava uma renda anual de 6\$400 réis e 5\$000 réis com as despesas anuais inerentes ao seu funcionamento.

A publicação da Portaria de 1877 confrontou definitivamente as Paróquias com a obrigação de fornecerem casa de escola e casa para habitação ao professor, tendo sido por largos anos estas competências remetidas à maioria dos docentes do Concelho. Assim, proibiu-se a abertura do Concurso Público nas Escolas Primárias das localidades onde não houvesse casas escolares pertencentes às Paróquias ou Irmandades, aliviando definitivamente a maioria dos professores dos pesados encargos com a Instrução Pública.

Por isso, a Junta de Paróquia reunia em sessão extraordinária, no dia de 6 de Agosto de 1877, estando presentes o Presidente da Junta, o pároco da Freguesia, dois vogais da Junta e o escrivão (o professor Miguel Rodrigues), tendo como ordem de trabalhos a cedência de uma casa para servir de escola ao «derramamento da instrução» cedida pela igreja, conformando-se com a observância das Leis. A casa era «térrea, assoalhada e forrada», contendo as necessárias condições para o fim a que se destinava.

O seu equipamento era composto de quatro bancos corridos, tendo 35 cm de altura e trinta cm de largura, três bancas, com 12 tinteiros e uma cadeira para o professor.

Ano económico de 1883

A Junta de Paróquia lançava no *Mapa de Receitas e Despesas* os seguintes registos:

Do imposto especial lançado, recebera a quantia de 18\$370 réis e não constam beneméritos locais que proovessem quaisquer donativos para a Instrução Primária da Freguesia.⁴⁵ De despesas pagas, dava conta de uma renda no valor 10\$000 réis, da casa que servia de habitação e de escola para o professor (considera-se que esta despesa era relativa à casa de habitação da professora).⁴⁶ Com o expediente do Delegado Paroquial gastaram-se \$300 réis.

A Junta apresentava assim um saldo que não declarava, de 8\$070 réis para eventuais despesas com as escolas da Freguesia.

No ano de 1884, a Junta de Paróquia lançava no *Mapa de Receitas e Despesas*, a quantia de 18\$395 réis de receitas cobradas do imposto especial, as mesmas despesas com a renda para a casa escolar e habitação do professor. Com a mobília escolar, gastara 5\$550 réis, e com o expediente do Delegado Paroquial a quantia 1\$500 réis.

Apresentava um saldo de 1\$345 réis. Desconhece-se com que escolas se tinham efectuado as despesas mencionadas.

Em 1886, apresentava 18\$370 réis de receita cobrada ou entrada, de despesas pagas a renda de 10\$000 réis e \$400 réis do Delegado Paroquial.

Não se conhecem receitas próprias nem donativos locais.

Das informações que aqui se levantaram, coloca-se a questão: o que valia na época um saldo de 8\$070 réis, o valor máximo encontrado como receita arrecadada e nunca declarado por aquela Junta?

Entendemos que, comparando os valores obtidos com outros expressos noutras fontes, seria possível avaliar-se o valor prático das receitas obtidas pela maioria das Juntas de Paróquia do Concelho.

Aquando da Reforma de Ensino de João Franco, que se auto caracterizava de «centralizadora», o legislador referia quanto às despesas «desnecessárias» feitas pela Câmara Municipal de Lisboa e às necessárias feitas com as escolas do País, o seguinte:

Em 1881, quando se efectivava a passagem da Instrução Primária para os Municípios, a despesa média nacional por aluno era de 3\$643 réis; em 1892 ascendia ao valor de 24\$729 réis. Tomando o exemplo dado para o ano de 1881, somámos os valores da receita cobrada e recebida por esta Junta de Paróquia em 1883, no valor de 18\$370 réis, o vencimento anual dos dois professores que exerciam nesta Freguesia e dividimos essa quantia por 33 meninas e 33 meninos (66) declarados à frequência escolar pela Junta Escolar do Concelho de Mafra, em 1882.

Achou-se, assim, um valor médio de **4\$218 réis por aluno** ou seja, gastavam-se nesta Freguesia mais \$ 575 réis do que a Lei previra gastar-se com a Instrução de cada aluno.

A Lei estabelecia que, após a instalação da casa escolar, da habitação do professor e da biblioteca escolar, que o produto dos legados, heranças, donativos e **esmolas** a favor da Instrução Primária, o rendimento de bens próprios das paróquias que não tivessem aplicação especial, o produto de vendas, aforamentos ou arrendamento de baldios paroquiais, e os subsídios concedidos pelo Governo central, reverteriam ao **fundo escolar da Paróquia** a ser exclusivamente dedicado às escolas de cada Freguesia.

A Circular de 6 de Dezembro de 1880 referia que as Juntas de Paróquia necessitavam da quantia de **60\$000 réis**⁴⁷, **apurada do imposto especial de 3%**, sobre as **contribuições da Paróquia**. Referia, ainda, a dita circular que, havendo casa de escola e habitação na Freguesia, a Junta de Paróquia não necessitava mais do que uma receita equivalente a **40 \$000 réis** que suportariam os gastos com o melhoramento da mobília e da biblioteca escolar e ainda para auxiliar a comissão promotora de beneficência local.

As estimativas económicas ao nível central não coincidiam com as receitas cobradas ao nível local (de 18\$370 réis, receita efectivamente cobrada por esta Junta, contra os 60\$000 réis a 40\$000 réis previstos pelo Estado). Também os gastos reais mínimos que se faziam com os alunos e com a Instrução ao nível local não coincidiram com o cálculo previsto na Lei de 1890.

Podemos, assim, aferir que os gastos básicos com a Instrução Primária nesta Freguesia não estavam de acordo com o previsto na Lei. Uma Lei não legitimada e desajustada da realidade económica da maioria das Freguesias.

Nem o dinheiro de esmolos (paroquianas) nem as doações de beneméritos locais, que estamos crentes terem existido nesta Freguesia, nem o dinheiro arrecadado em vendas de baldios com a devida autorização superior para servir a Instrução Primária, foram alguma vez registados nos *Mapas de Receitas e Despesas com a Instrução Primária*, quer em receitas próprias quer em donativos existentes. As receitas eram assim desviadas para outros fins, que não aqueles destinados à Instrução Primária. Uma necessidade de gastos urgentes com outra conjuntura prioritária que se colocava a esta Freguesia?

Talvez o professor Emílio Adriano de Faria nos esclareça quando, no ano de 1894, iniciou um conjunto de esforços traduzidos nos vários ofícios emitidos ao Administrador do Concelho, solicitando vários materiais de apoio ao ensino, considerando-os essenciais para o bom desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Nos três anos subsequentes, mantinha as mesmas petições, ao que foi satisfeito apenas em um metro, dentre um vasto conjunto de materiais de concretização prática solicitados, como: um contador mecânico, mapas geográficos do Reino de Portugal, jogos de pesos e medidas, um quadro preto destinado à escrita da classe média, quadros para o conhecimento das ciências físicas e naturais, sólidos geométricos em cartonagem ou de madeira, compasso de madeira destinado ao ensino da geometria e uma régua de um metro a desenvolver no quadro negro, uma régua pequena e, finalmente, cartões destinados aos primeiros elementos de leitura.⁴⁸

Durante largos anos, nenhum professor da escola pública do sexo masculino conseguiu obter grande parte do material que concorria para o desenvolvimento do ensino «prático» ou operativo. Nunca se negou o necessário, os bancos-carteiras, o quadro negro, os tinteiros e, aos alunos mais pobres, os manuais escolares, o restante aguardaria por melhores tempos de atenção sobre este nível de ensino.

A escola de meninas no Lugar da Encarnação no ano de 1878

Em 20 de Agosto de **1878**, registámos uma **nota da Relação de Mobília da Aula da** ⁴⁹ **Mestra para Meninas**, no Lugar da Encarnação, com a seguinte descrição de utensílios escolares: uma banca, vinte e quatro cadeiras e seis tinteiros. Este documento estava assinado pelo Presidente e dois vogais, da Junta de Paróquia local.⁵⁰

Um outro documento expedido (ofício sem número), que se referia à Acta, de **6 de Agosto de 1877**, e esclarecia o Administrador do Concelho, acerca da escola que se pretendia instalar na Freguesia, sendo esta para o sexo feminino (uma vez que a de meninos já se encontrava instalada) e ainda de um terceiro documento anexo, sem data, com o título **Caza para a Aula de Meninas**.⁵¹

Imagem (em ficheiro anexo)

Comparando os dados arquitectónicos obtidos da escola, com os Normativos da Lei de 7 de Julho de 1871, que regulavam as condições físicas para a criação de Escolas de Instrução Primária, podemos afirmar que a casa tinha a capacidade suficiente para a lotação de 28 meninas, se tivermos em conta o estipulado na dita Lei.⁵²

Em 1877, existia uma casa de escola para meninas na Freguesia da Encarnação. Em 1878, frequentavam-na 24 alunas, existindo seis tinteiros que serviriam como suporte da escrita a uma média de 12 alunas.

Da escola, da mestra ou das meninas, nunca encontramos qualquer outra referência dos agentes da Administração que coadjuvavam a Inspeção do Ensino.

A escola de meninas da Freguesia da Encarnação – de 1882 a 1893

Em **20 de Setembro de 1882**, esta Freguesia inaugurava oficialmente a sua escola pública para o sexo feminino, sita no Lugar da Encarnação, ministrada por Maria da Glória Almada, professora de Instrução Elementar «normalista» (designação dada aos professores com diploma obtido nas Escolas Normais Primárias), habilitada com o diploma do Primeiro Grau.⁵³

Em sessão de 24 de Fevereiro de 1883, a Junta Escolar dava conta do ofício dirigido por esta professora à Câmara Municipal de Mafra, datado de 23 de Janeiro de 1883, informando que a casa de escola **não tinha capacidade para integrar todas as meninas** em idade escolar, pedindo providência acerca do assunto.

Observou-se, no levantamento estatístico do ano de 1883, 33 **meninas** matriculadas na escola pública da Encarnação.

Quando se aborda o tema de «**lotação – vagas para alunos**», referimos a capacidade que esta escola deveria possuir em relação aos metros quadrados, por aluno, mas também quanto ao número suficiente de bancos-carteiras.

Em **1878**, a escola tinha a capacidade suficiente para o provável número de alunas que a frequentavam (28 m² para a frequência de 24 alunas); seis anos mais tarde, já se encontrava desajustada das necessidades de frequência de **33** alunas.

No ano de **1892-1893**, a professora Maria da Glória Almada dava conta no *Boletim e Folhas de Professores* relativo ao mês de Fevereiro, de **60** meninas matriculadas na sua escola. Nesse mês, entrara uma criança e outra desistia do ensino. Em 19 dias lectivos, tinham sido registadas 676,5 presenças e 428,5 faltas. O quadro de matrícula e frequência

manteve-se até ao mês de Outubro de 1893, ficando matriculadas **57** alunas para o ano lectivo de 1893-94.⁵⁴

No ano de **1900**, eram registadas nos *Recenseamentos Escolares* **54** crianças do sexo feminino.

O ambiente de materialidade, higiene e utensílios de suporte à prática de ensino na escola pública de meninas: rupturas e evoluções

A Junta Escolar, no ano de 1883, referia a propósito das condições materiais que as casas de escola ofereciam, no seu relatório dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra (ofício n.º 29):

*«(...) As casas de escola nas restantes freguesias do concelho (exceptuavam-se as escolas da freguesia de Mafra), tem todas, ou quasi todas os defeitos que já apontámos; isto é, falta de capacidade para a população escolar que deviam comportar, falta de ar e de luz, e alem d' isto falta de mobília e dos utensílios indispensáveis ao ensino».*⁵⁵

Em 10 de Maio de **1884**, a professora Maria da Glória Almada oficiava o Presidente e os vogais da Junta de Paróquia, dando conta da necessidade de algumas obras de conservação urgentes na escola. Solicitava, ainda, que lhe fosse facultada uma nova casa com aula contígua.⁵⁶

Em 20 de Agosto de **1896**, a professora informava, a pedido do Administrador do Concelho, que a escola que dirigia estava em mau estado de conservação, e não satisfazia «pelo lado higiénico». O tecto encontrava-se muito deteriorado e, aquando das chuvas, alagava-se parte da sala. Em relação ao ambiente de luminosidade, sempre que era necessário ter a porta da rua fechada, a sala ficava muito escura, sendo necessário prover uma vidraça na porta de entrada.

Sobre a mobília escolar, informava que existiam 12 bancos, quase todos carunchosos e 8 deles necessitavam ser substituídos. Os dois quadros negros existentes na classe necessitavam de nova pintura. Solicitava o seguinte material escolar: um quadro de peso e medidas, um contador mecânico, que justificava ser um material de «grande auxilio para as lições práticas», 1 livro de matrícula geral, modelo B; 1 livro de frequência, modelo F; mapas mensais e anuais de frequência, aproveitamento e estatística, modelo H; livros de correspondência oficial, recebida e expedida; um livro de inventário, impressos para matrícula e mapas anuais dos alunos; informava, ainda, que não solicitava livros para as crianças pobres em virtude de não ter confirmação dos livros adoptados para o ano lectivo.⁵⁷

Em 27 de Maio de **1897**, emitia um ofício ao Administrador do Concelho de Mafra, pedindo providências urgentes para a «casa escolar» que tinha «buracos no teto e na parede», ficando alagada quando chovia. Informava ainda, das más condições de higiene, em que eram feitos os despejos das alunas. Estes eram realizados duas vezes ao dia e arremessados pela «janela da aula» que «muito incomodava» na época do Estio.⁵⁸

No ofício de 2 de Agosto de **1897**, dirigido ao Administrador, a professora pedia providências urgentes para as más condições da mobília da sua aula, em causa de quatro bancos estarem de tal forma deteriorados que os pés de madeira tinham sido substituídos por pedras. Com o movimento das alunas, voltavam-se a cada momento, restando-lhe a alternativa de sentar as discípulas no chão da sala.⁵⁹

Em 18 de Abril de **1898**, a professora Maria da Glória informava o Administrador do Concelho, por ofício, que «os pequenos reparos» à casa de escola tinham-se iniciado, sendo necessário transferir a aula para o edifício da Junta de Paróquia, na sala das sessões, por quatro a cinco dias, tempo provável de duração.⁶⁰

Em 1 de Outubro do mesmo ano, a professora enviava uma requisição de material didáctico destinado às alunas pobres:

Quadro n.º 44 – Requisição de material

Material Escolar – requisitado ao Administrador do Concelho de Mafra	Quantidade
Compêndio de História de Portugal	1
Compêndio de Noções Elementares de Corografia	1
Compêndio de Leitura para a Escola Primária	2
Compêndio de Desenho (de Machado e Abreu)	1
Caderno de Papel de Desenho (em harmonia com o método recomendado no livro adoptado)	6
Caneta de latão	6
Pau de carvão	12
Lápis revestido de madeira n.º 2 (marca <i>Conté</i>)	3
Pau de giz	12

Fonte: A.H.M.M. – *Of. e Circulares de Várias Escolas do Concelho* - Freguesia da Encarnação - C.P.5 - E-28 - Of. dirigido ao Administrador do Concelho de Mafra - 3 - 10 – 98

Em **1896** uma cópia do inventário da escola dava conta dos seguintes materiais existentes:

Quadro n.º 45 – Cópia do inventário da escola de meninas

Inventário – Escola de Meninas - Freguesia da Encarnação	Quantidade
Bancos (com 2 metros e 60 cm de comprimento e de 26 centímetros de altura)	-----
Bancos pequenos	6
Cadeiras de palhinha	2
Mesa de escrita	1
Tinteiros	6
Quadros de madeira (quadro negro)	2
Relógio	1
Mapa de Portugal	1
Quadro de honra (para inscrever as alunas que mais se distinguem)	1
Pote (de água)	1
Caneca (de água)	1
Vassoura	1
Fita métrica	-----
Giz	-----
Horário	1
Livro de matrícula	1
Livro de frequência	1
Livro de correspondência oficial expedida e recebida	1
Impressos do modelo <i>C, D, E e H</i>	-----

Fonte: A.H.M.M. – *Of. e Circulares de Várias Escolas do Concelho* - Freguesia da Encarnação - C.P.5 - E-28 - Cópia do Inventário da Escola de Meninas ao Administrador do Concelho de Mafra - ano de 1896

Em 21 de Novembro de **1898**, remetia novo ofício ao Administrador do Concelho, **acusando a recepção de todo o material requisitado** no mês de Outubro, bem como de um mapa de Portugal e de um contador mecânico. A professora agradecia em seu nome e de todas as alunas, «o muito zelo» do Administrador na «causa da instrução», porque as escolas iam sendo «dotadas com estes melhoramentos» que contribuía «para o verdadeiro ensino prático e real». ⁶¹

Fechamos assim um ciclo de ofícios que, durante catorze anos, foram emitidos pela professora Maria da Glória, solicitando obras de beneficiação na sua escola e utensílios de ensino para o apoio do desenvolvimento pedagógico.

As inadequadas condições de materialidade das escolas reflectiam a inópia do Ensino Primário, deixando muito a desejar desde o ambiente de luminosidade e de higiene às carências de utensílios escolares de suporte ao ensino concreto ou prático que a professora considerava como essencial para o desenvolvimento das competências básicas.

Os excessivos encargos económicos do poder local com a Instrução Primária Elementar (subsidiar os ordenados aos professores, providenciar casas para desenvolvimento da instrução para ambos os sexos, casa para habitação do professor, utensílios e mobília

escolar, biblioteca escolar, utensílios de suporte ao ensino das crianças pobres, recenseamentos escolares⁶²), bem como as depauperadas condições financeiras das Juntas de Paróquia, não conseguiam dar uma resposta adequada às necessidades do Ensino Elementar de mínima qualidade a que deveriam ter direito as populações locais. Por vezes, as verbas financeiras obtidas para melhoramento das escolas eram desviadas para outros fins, do que aquele, a que se destinava.

Restava assim, a esperança depositada **nos professores** que se apresentassem às vagas, **com formação** de qualidade, **ministrada nas Escolas Normais**, sendo, na maioria, quem provia a renda da casa de escola, a obtenção de material de suporte ao ensino (móvel escolar, tinteiros e quadro negro), como se constatou com o professor Miguel Rodrigues, de provimento temporário, que durante três décadas serviu o ensino elementar nesta Freguesia.

A professora vitalícia Maria da Glória Almada pugnou por um ensino condigno através de incessantes esforços que procuravam remediar condições de materialidade adversas enfrentadas no quotidiano. Apoiada no poder da escrita oficiosa, denunciou as menos dignas, apelou continuamente às instâncias superiores, tendo como finalidade aquela que definitivamente melhoraria as condições do exercício pedagógico. A qualidade de ensino que ministrou é irrefutável ao verificarmos o número de alunas que durante duas décadas levou a Exame Primário Elementar ou complementar, sendo mais um móvel utilizado na contenda com a administração local na obtenção de condições de materialidade adequadas.⁶³

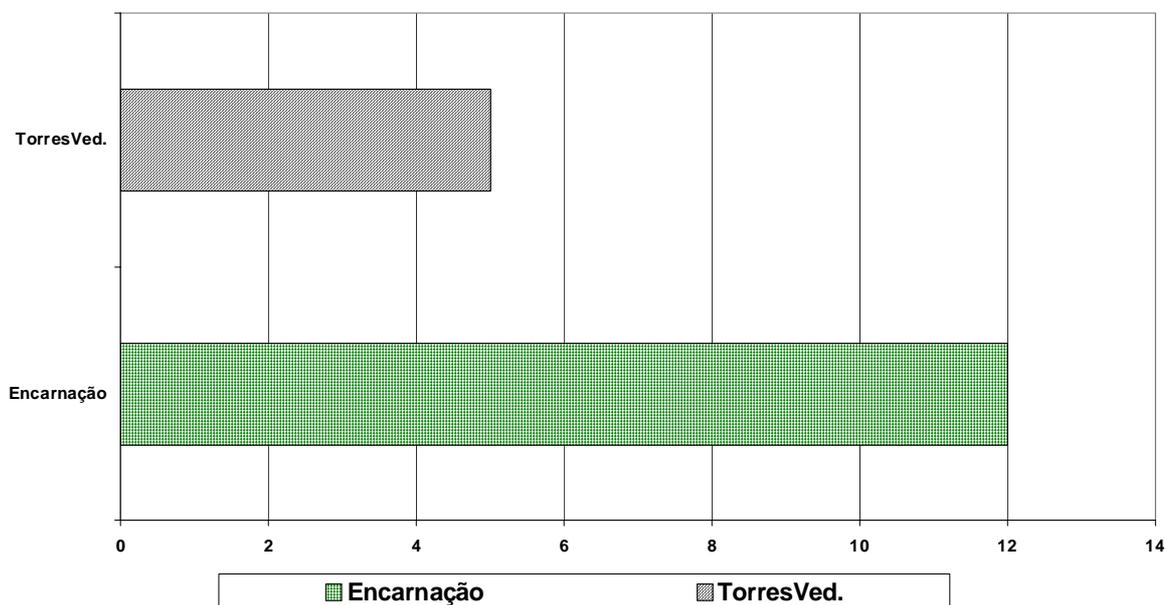
Exames de Instrução Primária Elementar na Freguesia da Encarnação (1.º grau de Ensino Primário) – 1881 – 1894

Distinções/ prémio de exames atribuído

Ano lectivo de 1886-1887

À aluna **Maria Eliza dos Reis Carvalho**, de 10 anos, aluna da escola pública da Encarnação, proposta a exame pela professora Maria da Glória Almada, filha de Joaquim Marques de Carvalho, por ter sido a melhor classificada nos exames do Curso de Instrução Elementar Primária, **no ano de 1887**, no Concelho de Mafra, foi-lhe atribuído o prémio de **10\$000 réis**.⁶⁴

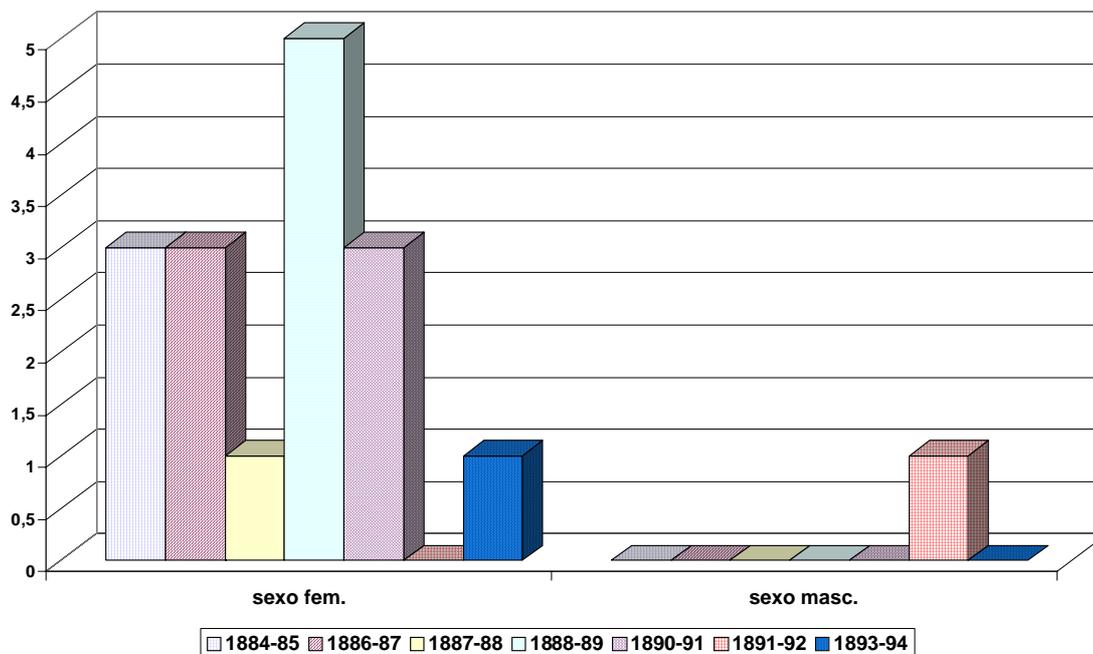
Gráfico n.º 56 – Localização geográfica dos alunos que terminaram a Instrução Elementar Primária – 1884-1894



Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamento Escolar - Freguesia da Encarnação-* anos de 1882- 1897 - C.G.1 /*Lv. de Actas das Sessões do Júri de Exames de Mafra – n.º271/ Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra - 1882 – 1885 – n.º 90 -1 / Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra, 1886 - 1894 – n.º 91 - 2 / Lv. de Correspondência Expedida pela Comissão de Exames - 1882-1891 – n.º 321/ Lv. de Eleitores e Elegíveis– Concelho de Mafra - Freguesia da Encarnação - n.º 69*

Observámos uma procura efectiva de escolarização por parte de certas famílias das localidades limítrofes desta Freguesia pertencentes ao Concelho de Torres Vedras, que recorreram ao ensino da professora Maria da Glória Almada, deslocando-se das localidades circunvizinhas ao Concelho de Mafra.⁶⁵

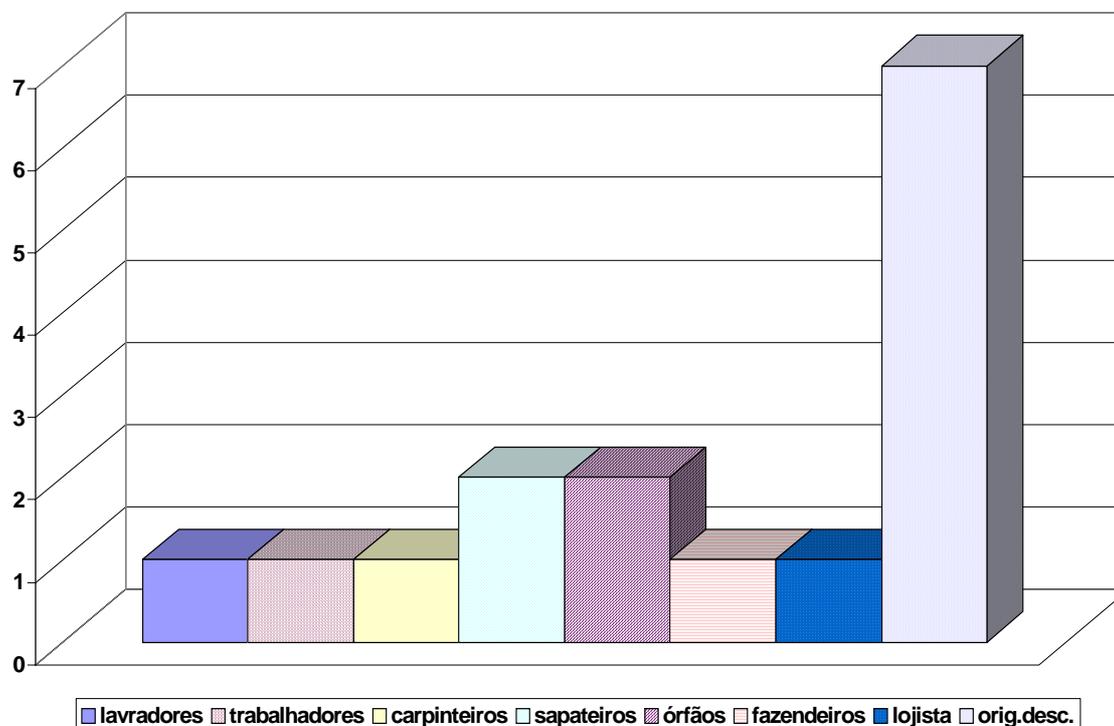
**Gráfico n.º 57 – Alunos que concluíram com sucesso o Exame Elementar Primário
– 1884-1894**



Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamento Escolar - Freguesia da Encarnação- anos de 1882- 1897 - C.G.1 /Lv. de Actas das Sessões do Júri de Exames de Mafra – n.º271 – / Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra, 1882 – 1885 – n.º 90 - 1 /Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra, 1886 - 1894 – n.º 91 - 2 / Lv. de Correspondência Expedida pela Comissão de Exames- 1882-1891 - n.º321/ Lv. de Eleitores e Elegíveis– Concelho de Mafra- Freguesia da Encarnação - n.º 69*

Pelo gráfico *supra*, verifica-se que apenas um menino terminou o curso de Estudos Primários na Freguesia. A maioria são crianças do sexo feminino, sugerindo uma relação directa com a habilitação profissional da mestra que aí exercia o Ensino Primário.

Gráfico n.º 58 – Origens sociais dos alunos que terminaram a Instrução Elementar Primária – 1884-1894

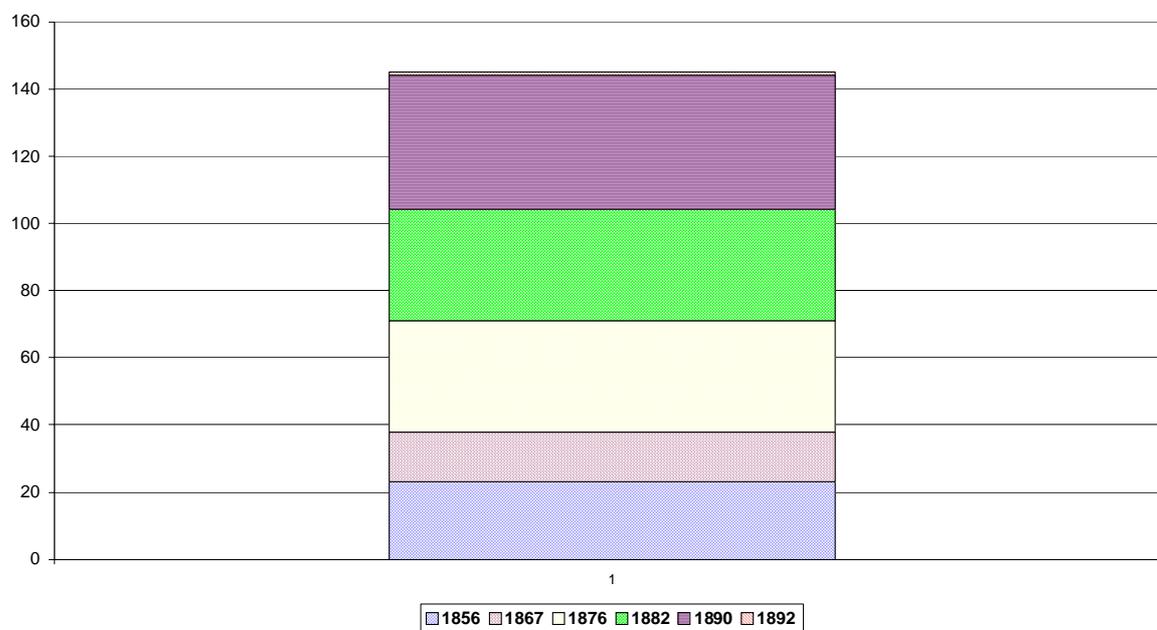


Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamento Escolar* - Freguesia da Encarnação- anos de 1882- 1897 - C.G.1 /*Lv. de Actas das Sessões do Júri de Exames de Mafra* – n.º271 / *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra*, 1882 – 1885 – n.º 90 - n.º1 / *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra* - 1886 – 1894 – n.º 91 - 2 / *Lv. de Correspondência Expedida pela Comissão de Exames*- 1882-1891 - n.º321/ *Lv. de Eleitores e Elegíveis* – Concelho de Mafra- Freguesia da Encarnação - n.º 69

As origens sociais das meninas que concluíram com sucesso a Instrução Primária repartiam-se por lavradores abastados, trabalhadores pobres, carpinteiros, sapateiros, alguns órfãos tutelados por famílias ilustres e, ainda, das localidades de termo que se consideraram desconhecidas, mas, normalmente, grandes proprietários aparentados às famílias da Freguesia.

Conclui-se a heterogeneidade social das famílias que aderiram à instrução pública.

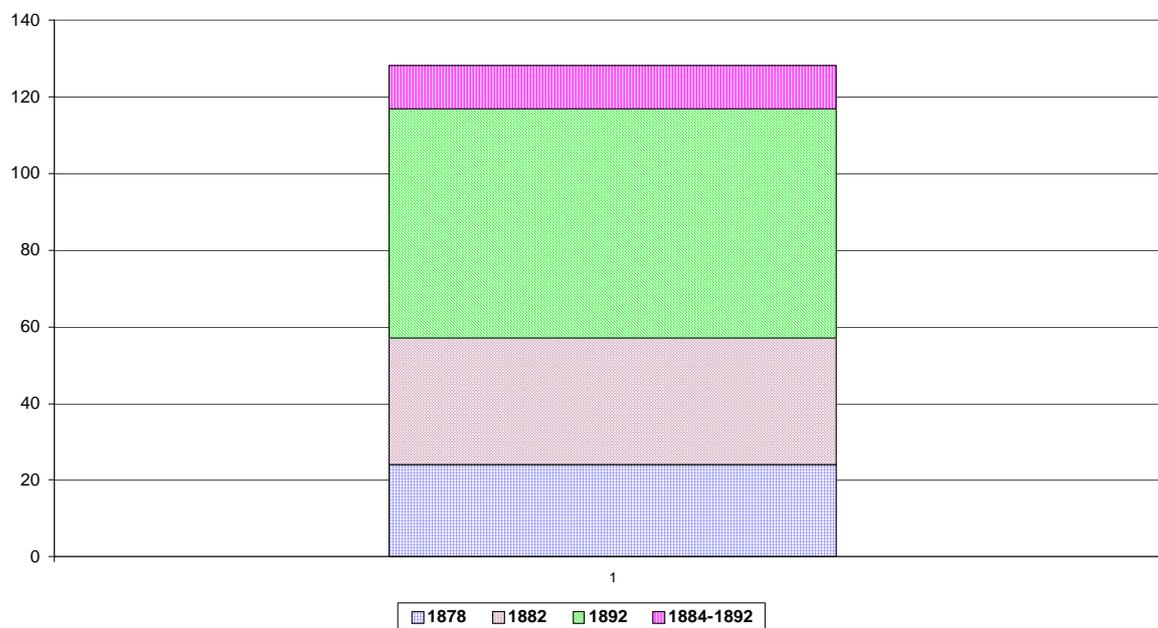
Gráfico n.º 59 – Crianças do sexo masculino (décadas de 56 a 90) que receberam Ensino Primário e/ ou fizeram Exame Elementar



Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamento Escolar - Freguesia da Encarnação- anos de 1882- 1897 - C.G.1/ Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Encarnação - C.P.4 – E-28 / Mapa dos Alunos que durante o Mês Frequentaram a Aula de Instrução Primária - 1856 – 1893/ Lv. de Recenseamento Escolar - Freguesia da Encarnação- anos de 1882- 1897 - C.G.1 /Lv. de Actas das Sessões do Júri de Exames de Mafra – n.º271/ Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra, 1882 – 1885 – n.º 90 - 1 / Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra - 1886 - 1894 – n.º 91 - 2 / Lv. de Correspondência Expedida pela Comissão de Exames- 1882-1891- n.º 321*

Tendo em conta os estudos desenvolvidos dos processos de escolarização local, tentámos desenvolver um gráfico relativo às três últimas décadas do século XIX, rasteando as crianças do sexo masculino dadas à frequência escolar nesta Freguesia, tendo em conta períodos de dez anos, e concluímos que existiam mais de 140 sujeitos que «sabiam ler» ou «sabiam ler e escrever». Tudo leva a crer que o quadro de alfabetização masculina na Freguesia seria de facto superior àquele levantado nos Censos de 1900.

Gráfico n.º 60 – Crianças do sexo feminino (década de 78 a 90) que receberam Ensino Primário e/ ou fizeram Exame Elementar



Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamento Escolar* - Freguesia da Encarnação- anos de 1882- 1897 - C.G.1/ Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia da Encarnação - C.P.4 - E 28 / *Mapa dos Alunos que durante o mês frequentaram a Aula de Instrução Primária*- 1856 – 1893 / *Lv. de Recenseamento Escolar* - Freguesia da Encarnação- anos de 1882- 1897 - C.G.1 /*Lv. de Actas das Sessões do Júri de Exames de Mafra* – n.º271 / *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra*, 1882 – 1885- n.º 90 - n.º1 / *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra*, 1886 - 1894 – n.º 91 - 2 / *Lv. de Correspondência Expedida pela Comissão de Exames*- 1882-1891 - n.º321

No período de tempo que dispusemos para consulta de fontes que indicavam a escolarização do sexo feminino, encontramos um número de alunas escolarizadas igual ao número de 128 mulheres que sabiam ler ou ler e escrever, fornecido pelos Censos de 1900. Contudo, teremos algumas reservas no que concerne àquele número, dado o curto espaço de tempo a que se reportou o levantamento, podendo o número de mulheres alfabetizadas ser maior que os censos nos indicaram, dada a forte dinâmica de escolarização constatada nesta Freguesia.

O Ensino Nocturno de Adultos

A génese da alfabetização de adultos e da educação permanente reflectiu-se na Freguesia em estudo, através do Ensino Nocturno para Adultos desenvolvido entre os anos de 1868 e 1873.⁶⁶

A alfabetização das populações laboriosas desenvolveu-se na Escola de Ensino Nocturno, no Lugar da Encarnação, onde se ministrava a Instrução Elementar Primária, sendo inaugurada no dia 7 de Janeiro de 1868.⁶⁷

Nesse ano inicial, matricularam-se 16 alunos, com idades compreendidas entre os 12 e os 26 anos, e foram dadas, em média, 22 aulas por mês.

No ano de 1869, regista-se o mesmo número de matriculados, com idades compreendidas entre os 13 e os 36 anos. Com uma frequência média de 7 alunos, a escola funcionou doze dias por mês.

Um ano mais tarde, em 1870, a escola fechava dada a inexistência de alunos matriculados.

Em 1872, reaparecem 30 alunos matriculados, com as idades compreendidas entre os 12 e os 36 anos, e uma média de assiduidade de 12 alunos em 22 aulas no mês.

No ano seguinte, estavam matriculados 28 discípulos, com idades entre os 12 e os 36 anos, com uma frequência regular de 23 alunos, funcionando 20 aulas por mês .

A Câmara Municipal de Mafra era a entidade que assegurava os fundos de financiamento da escola.

Em 1883, a Junta Escolar do biénio de 1881/1883 informava, em ofício, o Subinspector do Círculo Escolar:⁶⁸

«(...)Não ha em todo o concelho nenhum curso de instrucção primaria para adultos. Houve-os já n'outro tempo, e ao principio bastantemente concorridos (...).Tendo porem afracado, tanto n'este como n'outros, a frequencia, aponto de haver noites em que nem um só alumno apparecia á lição, deixaram os mesmos cursos de funcionar.»

Pelo que nos é dado a perceber, poderá não terá sido no ano de 1873 que este tipo de ensino se extinguiu e dar-se o seu término nos anos subsequentes ao último mapa de frequência que chegou até nós.

Destarte, pudemos concluir que, durante um período de cinco anos, com alguma irregularidade de frequência, o povo da Encarnação pôde beneficiar da acção alfabetizadora, ministrada pelo professor **Miguel Rodrigues** e, daí em diante, alguns puderam “firmar” a

sua assinatura, nos negócios coevos, outros relembrar e cimentar rudimentos elementares do ensino da leitura, escrita e contagens apreendidos na infância.

Apesar de nos encontrarmos numa época de expansão das ciências naturais e físicas, percebemos que a idade de 12 anos era próxima à dos adultos trabalhadores, surgindo a fase da adolescência como uma efémera passagem e/ ou uma fusão com o mundo adulto.

Ao racionalizarmos as idades dos alunos matriculados, verificamos estarem balizadas entre os 12 e os 36 anos, e percebemos que a população mais jovem aderiria de forma crescente à instrução popular, atendendo à necessidade crescente da cultura escrita que irrompia no quotidiano do século XIX.

¹ Breyner, Thomaz de Mello, *Memórias do Professor* – 1869-1880, Lisboa, Editora Livraria, 1930, p. 157.

² A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos de Instrução Primária do Concelho de Mafra para a Inspeção* – C. P. 6 – E-28.

³ O jornal *Gazeta do Campo*, periódico Mafrense, dá conta deste flagelo, referindo que na estatística oficial nos Estados Unidos, a **embriaguez** tinha sido causa de morte de «300:000» indivíduos e de «150:000» encarcerados, 1:500 homicídios e de «2:000» suicídios. Associava este mal a um outro, o **jogo**, esclarecendo que nesses «covis», eram arrastados muitos infelizes que perdiam os bens, as fazendas, o dinheiro e a dignidade, levando ao roubo e à miséria. Termina o artigo, enfatizando: «(...) Sejam sóbrios os homens do campo: fujam aos excessos de comida e bebida nesta época de carnaval. A virtude da temperança nos ensina a moderar os apetites, contentando-os nos justes limites» (*Gazeta do Campo*, n.º 7, de 11 de Fevereiro de 1866, p.1).

⁴ A.H.M.M. – *Lv. de Eleitores e Elegíveis do Concelho de Mafra* – anos de 1856 a 1883/ *Recenseamentos Escolares da Freguesia da Encarnação* - anos de 1881 a 1890-C.G.1-E-28.

⁵ A.N.T.T. – *Processo de Provimento de Professores* – Séc. XIX – Maço 4387.

⁶ «Acta Extraordinária: Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e setenta e sete, aos quinze dias do mez de Agosto do dito anno neste logar da Encarnação e caza das sessões da Junta de Parochia de São Domingos da Fanga da Fé, Concelho de Mafra, estando reunida a Junta de Parochia composta do Presidente e Reverendo Parocho José d'Almeida Rato e dos vogaes Mathias da Silva Sardinha e Francisco da Silva Henriques e (...) Regedor Jacintho da Silva, e sendo declarado pelo mesmo Presidente aberta a sessão, e tomando em consideração o quanto devião diligenciar os meios de derramar a instrução n' este local, e tendo – lhe vindo ao conhecimento que havia um obstaculo que era o não haver caza para escola, deliberarão unanimemente que se cedesse uma caza pertencente (à) Igreja para escola, a qual tem de comprimento (...), e igualmente se responsabilizava a mesma Junta a fazer-lhe os reparos necessários, bem como a mobilia indispensavel , o que já se esta preparando, e que se manda copia em duplicado, da presente acta, ao Illmº Snr Administrador do Concelho, afim de lhe dar o conveniente destino» (A.N.T.T. - *Ministério do Reino - Provimento de Professores* - Maço 4387).

⁷ «Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e setenta e seis, aos doze dias do mez de Junho, na caza das sessões da Junta de Parochia d' esta Freguezia de São Domingos da Fanga da Fé, Concelho de Mafra, achando – se reunindo a mesma Junta de Parochia composta do Reverendo Presidente José d'Almeida Rato, e os vogaes Mathias da Silva Sardinha e Francisco da Silva Henriques, e o Regedor Jacintho da Silva; deliberou que, em referencia a acta extraordinaria, que se acha n' este livro de actas a folhas (...), em que se determinou pedir para esta freguezia uma Cadeira de instrução primaria para o sexo feminino, se declare pela mesma intervenção do Senhor Administrador do Concelho, o seguinte: 1º Que esta freguezia tem trezentos e cinco fogos. 2º Que tem setenta e seis meninas. 3º que ao logar da Mossafaneira freguezia de São Mamede da Ventoza, Concelho de Torres Vedras, a honde há uma escola de meninas, dista sete kilometros, e hé esta que fica mais perto. 4º O estado dos caminhos que conduzem a dita escola hé pessimo e dificil de tranzitar no inverno. 5º Podem aproveitar a escola o lugar da Sindieira freguezia da Freiria Concelho de Torres Vedras e os logares da Picanceira, Penagache, Safarujo, Alagoa e alguns cazaes da freguezia de Santo Isidoro, d' este Concelho de Mafra, que tem cento e dez fogos, e o numero de setenta e quatro meninas. E não havendo mais a tratar (...)» (A.H.M.M. - *Processo de Criação da Cadeira do Sexo Feminino da Freguesia da Encarnação* - C. P. 4).

⁸ A.H.M.M. – *Lv. de Actas das Sessões da C.M.M. - Acta da Sessão da Câmara Municipal de Mafra, de 8 de Setembro de 1880 - Of. 57* (Cópia de 13 de Dezembro de 1880) – *Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho* - C. P. 4-E-28.

⁹ «(...) Cumpre-me a participar-lhe , que, nesta freguezia não á escolas particulares que tenham frequencia certa, só apenas há, **Antonia Almada** que ensina oito alumnos, que vêm a sua casa d' ella onde habita, ás horas que os paes os podem mandar» (A.H.M.M. - *Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho* - C. P. 5-E-28 - Freguesia da Encarnação - Of. n.º 6 - emitido pelo Presidente da Junta de Paróquia e dirigido ao Administrador do Concelho de Mafra, no ano de 1902).

No Of. de 19-07-1893, regº. n.º 467, a professora pública da escola de meninas, **Maria da Glória Almada**, enviava um requerimento para que o Administrador remetesse ao Comissário de Instrução Pública, a informar que quem **a iria substituir seria a sua irmã** (A.H.M.M. - *Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho* - C. P. 5-E-28).

¹⁰ A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos sobre as Escolas Públicas à Inspeção* – C. P. 6 – E-28.

¹¹ A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos sobre as Escolas Públicas à Inspeção* – C. P. 6 – E-28.

¹² Período extensível a 1856 até 1863 – inexistência de dados para o ano de 1859.

¹³ Período extensível entre 1864 a 1870 – inexistência de dados para o ano de 1865, 1866.

¹⁴ Portaria de 23 de Fevereiro de 1877 e a Portaria de 7 de Julho de 1871.

¹⁵ A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamentos Escolares* - anos de 1882 –1898; 1898 – 1900- C.G.1-E-28/C.P.1-E-29.

¹⁶ . “Documento anexo à carta de 26 de Março de 1859”, cit.in Leitão, Ruben Andresen (trad. e estudo), *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*, s.l., Fundação da Casa de Bragança – Portugália Editora, s.d., p. 224.

¹⁷ A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos sobre as Escolas Públicas à Inspeção* – C. P. 6 – E – 28.

¹⁸ A.H.M.M. – *Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho* - C. P. 4 -E-28. Ofício s/ n.º remetido ao Administrador do Concelho de Mafra em 27 de Junho de 1880.

¹⁹ A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamentos Escolares* - 1882 –1898; 1898 – 1900 - C. G.1 – C. P. 8. - E 29.

²⁰ «(...) e **esses filhos de pais desgraçados a quem os poucos meios ou qualquer outra circunstancia lhes não permita mandar seus filhos ás aulas das freguesias limitrophes**. Durante tão longo período em que estes povos hão tido a desgraça de o terem por professor ainda não saio de sua aula um so discipulo que saiba o portuguez rudimentar; e esses que alguma cousa tem conseguido devem-no há sua boa vontade e dedicação estudando na sua propria caza e **pelas lojas onde de ordinario vão aprender as lições** (...) e os moradores desta freguesia **que tem verdadeiro zello pela educação de seus filhos e cuja a fortuna lhes permite mandarem-nos para collegios e outros professores distantes no que fazem grandes sacrificios e despezas**» (A.N.T.T. - *Ministério do Reino - Processo de Provimento de Professores* - Maço de

Instrução – n.º 4383 – Processo de acusação ao professor de Instrução Primária da Freguesia da Azueira, D. G. de Instrução pública, 4ª repartição, 142, nº 42, em 3 de Maio de 1865).

No lugar do **Milharado**, a menina *Luiza do Rozario*, nascida 14 de Março de 1873, era declarada em *ensino particular*, **sobrinha** de **Alfredo dos Santos** de 44 anos, casado, profissão declarada, **taberneiro**, **sabia ler e escrever**, e era elegível para cargos municipais e de deputado, apresentando um rendimento anual para contribuições de 5\$ 550 réis. (A.H.M.M - *L. Rec. das Crianças em Idade Escolar* – Freguesia do Milharado - ano de 1882 - C. G. 1 / *Lv. R. E.E.* - Freguesia do Milharado - ano de 1882)

Em 1904, seis alunos frequentavam a escola particular, do Lugar da Encarnação. (A.H.M.M. - *Relação de Alunos da Escola Particular de Antónia das Dores Almada* - C. P. 4)

²¹ José Francisco de Albuquerque, 38 anos, viúvo, apresentava um rendimento para contribuição anual de 110.000 réis. (A. H. M.M. - *Liv. de R. E. E.*- Freguesia da Encarnação - ano de 1864 - p. 36)

²² Na Freguesia de Cheleiros dá-se conta do seguinte documento: «(...) Tem-se ocupado nos assuntos de alguns negocios e **ensino das primeiras letras por cazas particulares**» (A.N.T.T. - Ministério do Reino - Maço de Instrução –n.º 4387 - Auto de Posse e Provitimento, do Processo Individual do Professor Primário João Clemente de S. Tiago, em 11- 02- 1828).

²³ A.H.M.M. – *Mapa de Frequência da Classe do Professor Miguel Rodrigues* – 1880 – C.P.4.-E-28.

²⁴ Exceptuaram-se as crianças nascidas no final da década de 60.

²⁵ A.H.M.M. – C. G. 1 – E-29/ C. P. 8 – E-29.

²⁶ A.H.M.M. – C. G. 1 – E-29/ C. P. 8 – E-29.

²⁷ Os 10 anos precedentes ao ano escolar de 1882 e até ao ano 1893 serviram de limite ao levantamento da frequência escolar.

²⁸ A.H.M.M. – *Mapa de Frequência da Classe do Professor António Pereira* – ano de 1892 – C.P. 6 / Freguesia da Encarnação – ano lectivo de 1892 – 1893 – *Mapa de frequência de alunos* – Dec. de 6 Maio de 1892, art.º 12º, 26-12-1892 - C.P.1 - E-28.

²⁹ A.H.M.M. – *Mapa de Frequência de Alunos* (Segundo o Dec. de 6 Maio de 1892 art.º 12º) – 01-07-1892 – Freguesia da Encarnação – ano lectivo de 1892 – 1893 – C.P.1 – E-28.

³⁰ A.H.M.M. – *Lv. Recenseamentos Escolares* – Freguesia da Encarnação – C. G 1 – E-29/ C. P. 8 – E-29.

³¹ A.H.M.M. – *Nota do Movimento dos Alumnos* – 1897-1898 (12-07-1897) – C.P. 5.

³² Considerava-se que a Lei de 20 de Setembro de 1844, e as Circulares de 2 de Novembro e de 27 de Junho, não tinham obtido «resultados satisfatórios».

³³ A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos sobre as Escolas Públicas à Inspecção* – C. P. 6 – E-28.

³⁴ Foram anuladas as seguintes informações: «só deixam de frequentar a aula por motivo de doença».

³⁵ Tomando como referência o *Decreto de 20 de Dezembro de 1850*, publicado no *D. G.*, n.º 307, de 30 de Dezembro de 1850, no Cap. II, Art.º 7º refere que «as lições» durariam *6 horas*, distribuídas por *três horas de manhã e três horas de tarde*; do mês de *Outubro até à Páscoa*, as aulas desenrolar-se-iam *das 8 horas até às 11 da manhã e das 2 horas até às 5 horas da tarde*. «no resto do anno» as aulas desenrolar-se-iam *desde as 7 horas até às 10 horas da manhã e na parta da tarde, das 3 horas às 6 horas da tarde*. No art.º § 1.º «**Nas escolas rurais poderão os Commissarios de Estudo alterar as horas das lições para mais cedo ou mais tarde, em todo o anno, ou em parte d'elle, conforme convier ás occupações dos alumnos applicados aos trabalhos agrícolas.**»

³⁶ Foi anulada a informação: «(...) e não sempre a lei (se cumpre) por desleixo da parte dos professores».

³⁷ «(...) um exemplar do *Archivo Pitorescos* dado pela **Sociedade Madrêpora**, e que he distribuído pelos alumnos que mais ouvem».

Vários prémios foram oferecidos pela **Sociedade Brasileira** e distribuídos pelas freguesias de Enxara do Bispo; S. Pedro da Ericeira; S. Silvestre do Gradil e, na freguesia de S. Domingos da Fanga da Fé. Na Escola Real de Maфра foram distribuídos vários exemplares aos melhores alunos (quer pelo comportamento, quer pela aplicação e proveito nas matérias de estudo).

³⁸ A.H.M.M. – *Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho* - C. P. 4 – E-28.

³⁹ **Decreto de 20 de Dezembro de 1850, Cap. V da instrução literária, artº 30.º § unico.**

⁴⁰ Nos vários mapas remetidos ao Administrador do Concelho, alguns professores referiram o recurso ao método individual de ensino aos alunos com menos recursos económicos que utilizavam livros diferentes (A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos sobre as Escolas Públicas à Inspecção* - C. P 6).

⁴¹ «(...) Quanto aos methodos de ensinar a ler há tres: 1º o **metodo antigo**; 2º o **metodo de soletração**; 3º o **metodo sem soletração**. O **metodo antigo** consiste em conservar ás letras os seus nomes usuais de: á, bê, cê, é, éfe, (...) e zê, e nomea-las todas sucessivamente antes de pronunciar a sílaba, a qual por consequente, n´este caso tem tantos elementos quantas são as letras de que ela se compõe. Com quanto este metodo seja aquele que ainda esta quasi geralmente seguido, não só em Portugal, mas em varios outros paizes há muitos autores que o condenam como vicioso. Fundão a sua opinião em não existir nenhuma relação entre o modo de pronunciar as letras de que a sílaba se compõe, e os sons que na realidade essas letras representam como se vê das sílabas; *fa, la, ma, ra*, etc., as quais, soletradas segundo aquele metodo dão: éfe á, êfá, êle á, êlá, ême á, êmá, êrre á, êrrá. Pelo novo **metodo de soletração**, as consuantes ou articulações pronunciam-se como se fossem seguidas de *e* mudo; *B be, C ce*, ou *Ke, D de, F fe, G je*, ou *gue, H he, J je, K ke, L le, M me, N ne, P pe*, (...) *Z, ze*. Assim, a palavra *fato* há de soletrar-se: *Fe a fa, te o, to*. Pretendem alguns autores que este metodo é preferivel ao primeiro; muitos outros há porem que lhe são contrarios, sustentando que o melhor é o **metodo sem soletração**. Consiste este ultimo: 1º, em dar, como se viu, ás consoantes um nome semelhante ao valor que elas têm na leitura; *be, ce*, ou (...) *fe*; 2º, em considerar as sílabas, e não as letras, como verdadeiros elementos da palavra. Partindo d´este principio, deve-se ler, por exemplo a palavra **a mi go**, sem decompor as sílabas, isto é sem nomear cada uma das letras per si, como sucede pelo metodo antigo» (Monteverde, 1899, 16ª edição: 2-4).

⁴² A Lei instituía outros materiais que foram omitidos como: **um quadro negro, um relógio de parede ou de mesa, pequenas ardósias**, caixa de pesos e medidas, materiais de contagem (contador mecânico), manuais e cadernos de caligrafia.

⁴³ A.H.M.M. – *Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho* - C. P. 5-E-28.

⁴⁴ «(...) Em mais de 1894, solicitei da Exm^a Camara deste concelho, 1 relógio, 2 mappas chorographicos e um do systema legal de pesos e medidas. Nunca obtive resposta» (A.H.M.M. - C.P.5).

⁴⁵ A.H.M.M. – *Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho* - C.P. 5-E-28.

⁴⁶ Em 1894, num officio sem número, a professora Maria da Glória Almada informava o Administrador do Concelho de Maфра que a casa de escola era sustentada pela Paróquia e a casa de habitação da professora era arrendada no valor de 10\$000 réis anuais.

Em 1896, no officio n.º 41, o professor Emílio Adriano de Faria informava o Administrador do Concelho de Maфра que a sala escolar era contígua à sua habitação, espaçosa e podia comportar o número de 45 alunos em condições de higiene (A.H.M.M. - C. P. 5).

⁴⁷ Cálculo de despesa destinado à renda de casa da escola e do professor no valor de 20 \$ 000 réis (para as rendas de duas casas) e com as despesas da mobília de 20\$000 réis. Circ. de 6 de Dezembro de 1880, para a execução das Leis de 2 de Maio de 1878 e de 11 de Junho de 1880, publicada no *D. G.* n.º 86, de 20 de Abril.

⁴⁸ A.H.M.M. – *Of. n.º 41 - 25-08-1896 - Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho* - C.P. 5-E-28.

⁴⁹ A.H.M.M. – *Relação da Mobília da Aula da Mestra para Meninas, n'este Lugar da Encarnação* – Concelho de Maфра (20 de Agosto de 1878) – *Mapas Estatísticos sobre as Escolas Públicas à Inspeção* – C. P. 6 – E-28.

⁵⁰ Portaria de 7 de Julho de 1871 – Mobília. Cada sala deveria ter o seguinte equipamento escolar: 1 cadeira e 1 banca para o professor; 1 quadro negro (1m / 80 cm), bancos para os alunos (podendo ser para cada seis), se não tivessem carteiras, poderiam ser substituídos por mesas onde escrevessem «a terça parte destes»; no caso de mesas corridas deveriam ter a largura de 1m 28, e colocado um tinteiro a servir cada dois alunos, em local onde pudessem usar a tinta sem terem de alterar o seu posicionamento (p. 203).

⁵¹ A.H.M.M. – *Caza para Aula de Meninas – Mapas Estatísticos sobre as Escolas Públicas à Inspeção* – C. P. 6 – E-28.

⁵² «(...) A sala para os exercícios deveriam respeitar as seguintes condições: Respeitar o espaço de **1 m2 por aluno; 3m de altura** desde o sobrado até ao teto; **2 ou mais janelas** envidraçadas, além da porta de entrada» Portaria de 7 de Julho de 1871.

⁵³ A.H.M.M. – *Mapa do Movimento Escolar / Lv.n.º367 – C. Exp. - Ano de 1883 – 1892 – Relatório da Instrução Publica* ao Presidente Câmara Municipal de Maфра – *Of.* de 29 de Julho de 1883.

⁵⁴ Em **1 de Fevereiro de 1893**, a professora Maria da Glória Almada envia ao administrador do concelho de Maфра, um officio com o seguinte teor: «(...) **é impossível continuar a matricular as crianças nesta sala em consequência da pouca capacidade** que tem. **Actualmente é preciso que saia alguma para dar lugar a outra. Custou - me bastante ter de dizer: - “ não há lugar vago”;** porque o povo pode pensar que dificulto a entrada das crianças para a escola (...)» (A.H.M.M. - Freguesia da Encarnação - C. P. 4).

⁵⁵ A.H.M.M. – *Lv. de Correspondência Expedida* - n.º317 - 1881-1883.

⁵⁶ «(...) são necessários alguns reparos na minha escola, porque as ratas não cessam de destruir almofadas e costuras das pobres crianças» A.H.M.M. - *Cópia do officio dirigido à Junta de Paróquia da Freguesia da Encarnação* em 10 de Maio de 1884 - *Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho* - C.P.5 – E-28.

⁵⁷ A.H.M.M. – *Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho* - Freguesia da Encarnação - *Of.* dirigido ao Administrador do Concelho, de 21-08-96 - C. P. 5 – E-28.

⁵⁸ «(...) numa sessão extraordinária em consequência de eu me queixar à dita junta que a casa de escola não tinha capacidade para receber mais alunas, declarou a mesma junta (acta de 1 de Fevereiro de 1883) que no período de 3 meses se obrigavam a arranjar – me casa escolar nas condições da lei bem como não matriculasse mais alunas enquanto não estivesse a casa arranjada. Agora note V.^a Ex.^a a Sr.^a junta depois de dormir, não só se esqueceu que na acta lavrou o cumprimento da sua palavra, como também se tem esquecido da sua palavra, **como se tem esquecido que tem na mão 300\$000 réis para a casa escolar e que está no mesmo estado**» (A.H.M.M. - *Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho* - Freguesia da Encarnação - *Oficio* dirigido ao Administrador do Concelho de Maфра em 27-05-84 - C. P. 5 – E-28).

⁵⁹ A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - Freguesia da Encarnação - *Of.* dirigido ao Administrador do Concelho, de 03-08-97– C. P. 5 – E-28.

⁶⁰ A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - Freguesia da Encarnação - *Of.* dirigido ao Administrador do Concelho, de 14-09-98– C. P. 5 – E-28.

⁶¹ A.H.M.M. – *Ofícios e Circulares de Várias Escolas do Concelho* – Freguesia da Encarnação – *Of.* dirigido ao Administrador do Concelho, de 23-11-98 – C. P. 5 – E-28.

⁶² Circular de 19 de Abril de 1881- esclarecimentos para execução das leis de 2 de Maio de 1878 e de 11 de Junho de 1880, publicada no *D.G.* n.º 86, de 20 de Abril de 1881.

⁶³ «(...) **tenho –me lembrado se a pouca consideração com que têm tratado este assunto, será porque não estejam satisfeitos com a mestra ou melhor direi, com o seu método de ensino. A isto responderia consciosamente – Não posso fazer mais do que tenho feito para o aproveitamento das alunas.** Assim como digo à ilustríssima junta, que não tenho saúde para andar na rua ao sol, vento, chuva constantemente. São constipações sobre constipações, (...). Peço à ilustríssima junta a fineza duma resposta qualquer para meu governo. **Necessariamente tenho de procurar cadeira que me ofereça as vantagens que esta não tem, se as casas continuarem como estão há 18 meses**» (A.H.M.M. - *Cópia do officio dirigido à Junta de Paróquia da freguesia da Encarnação em 10-05-1884* – C. P. 4 – E-28).

⁶⁴ «(...) o Excelentissimo Presidente da **Junta Geral do Districto de Lisboa**, e no qual se declarava que a referida Junta, **desejando associar-se ás demonstrações de regozijo pelo auspiciozo e proximo enlance de Sua Alteza o Principe Real**

o Senhor Dom Carlos, determinara perpetuar no districto a memoria de tão faustosissimo acontecimento, **offerecendo um diploma de merito e um premio pecuniário de dez mil reis ao alumno que, em cada um dos diferentes concelhos do mesmo districto, melhor classificação obtivesse no exame d' instrução primaria elementar** e que assim pedia esta Commissão que lhe enviasse para tal fim a conveniente proposta» (A.H.M.M. - *Acta das Sessões da Commissão Inspector de Exames* - Lv. n.º 271, fl. 11v e 12).

⁶⁵ Segundo o relatório da Junta Escolar ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra, existiam em todo o Concelho **5 professores com formação ministrada pelas Escolas Normais**: «Em todo o concelho de Mafra só há dois professores normalistas e três professoras normalistas (...), e na Encarnação, Maria da Glória Almada, todas três com o curso do primeiro grau. Esta Junta Escolar tem a maior satisfação em deixar aqui consignado que, tanto as tres professoras como os dois professores supra referidos **honram sobremaneira a classe a que pertencem, honrando ao mesmo tempo as casas onde receberam a instrução que possuem**» (A.H.M.M. – Lv. n.º317 - *Correspondência Expedida* – ano de 1883 – Of. n.º 29 de 21 de Julho).

⁶⁶ A Portaria de 20 de Junho de 1866 criava o ensino para os adultos, «parallelamente com o ensino da infancia». Deveria ainda ser provido em todas as «localidades onde houvessem professores» funcionando «como uma escola primaria» ou «uma verdadeira escola de aperfeiçoamento.»

⁶⁷ A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos das Escolas Nocturnas existentes no Concelho de Mafra para a Inspeção* – C. P. 6 – E-28 – Séc. XIX.

⁶⁸ A.H.M.M. – Lv.n.º371 – *Correspondência Expedida – Informações ao Subinspector do Círculo Escolar* – Of. n.º 30, de 27 de Julho de 1883.